



Presidente sanciona lei que reduz tributos para indústria química

Selic alta e superávit de petróleo ajudam a amortecer impacto econômico da guerra, diz Itaú

Página 4

Maioria é contra taxa mínima de R\$ 10 para motoristas de aplicativo de delivery, diz pesquisa

Página 14

Senado aprova uso imediato de tornozeleira por agressor de mulher

O Senado Federal aprovou, na quarta-feira (17), o Projeto de Lei (PL) nº 2942/2024 que permite à Justiça determinar o uso imediato de tornozeleira eletrônica pelo agressor de mulheres em situação de violência doméstica e familiar, se for verificado o alto risco à vida delas. O objetivo é ampliar a proteção às vítimas.

De autoria dos deputados Fernanda Melchionna (PSol-RS) e Marcos Tavares (PDT-RJ), o projeto aprovado sem mudanças pelo Senado foi relatado pela senadora Leila Barros (PDT-DF). A proposta segue, agora, para a sanção da Presidência da República.

A senadora pelo Distrito Federal disse que o projeto aperfeiçoa a legislação ao garantir a aplicação imediata do monitoramento eletrônico como medida protetiva de urgência.

“Somada ao afastamento do agressor do convívio com a vítima, a tornozeleira amplia a proteção às mulheres, permitindo inclusive o acompanhamento em tempo real do agressor por um dispositivo que emite um alerta, em caso de aproximação”, explicou a parlamentar Leila Barros.

O texto também torna permanente o programa de monitoramento eletrônico e de acompanhamento de mulheres em situação de violência.

Vira regra

Pelo projeto de lei, a imposição imediata do uso da tornozeleira passa a ser regra em casos de alto risco de agressões graves às mulheres. O risco a ser avaliado deve ser atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher ou de seus dependentes.

A exigência da terminação de medida protetiva de urgência fortalece a proteção prevista na Lei Maria da Penha nº 11.340/2006, aplicável em conjunto com outras.

Até a aprovação deste projeto de lei, a Lei Maria da Penha autoriza a aplicação do monitoramento, mas como algo opcional, e não o inclui no rol das medidas protetivas de urgência.

Além dos casos em que for verificado o risco iminente à integridade física ou psicológica da vítima, a imposição da tornozeleira será prioridade nos casos em que houver descumprimento de medidas protetivas anteriormente impostas.

Se o juiz decidir que a tornozeleira não deve ser mais usada como medida protetiva, o magistrado deverá justificar expressamente os motivos que o levaram a tomar a decisão. (Agência Brasil)

Entidades questionam fontes poluentes no leilão de reserva de energia



Foto: Divulgação/CPFL

Página 14

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quinta-feira (19), a lei que reduz as alíquotas tributárias para indústrias químicas e petroquímicas participantes de regime fiscal especial até a migração para um novo regime com vigência em 2027. Com a medida, o governo federal deve elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano.

Segundo o texto, as alíquotas referentes ao pagamento menor de tributos federais (PIS e Cofins) valerão de março a dezembro deste ano e substituem outras vetadas pelo

presidente Luiz Inácio Lula da Silva por falta de previsão de impacto orçamentário.

O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) foi sancionado no fim do ano passado, com vetos, e visa diminuir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas.

Houve acordo para o novo projeto, e a lei, agora sancionada, limita a renúncia fiscal em 2026 a R\$ 2 bilhões, mas isenta a proposta de critérios para tramitação recém-incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano. Página 3

Sabesp lidera o Ranking do Saneamento 2026 com 5 municípios entre os 20 melhores

A 18ª edição do Ranking do Saneamento 2026, publicada na quarta-feira (18) pelo Instituto Trata Brasil (ITB) em parceria com a consultoria GO Associações, confirmou o protagonismo da Sabesp na gestão do saneamento básico no Brasil. O levantamento foi elaborado com base nos indicadores mais recentes do Sínisa (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), ano-base 2024. Página 2

DÓLAR		EURO	
Comercial		Comercial	5,26
Compra: 5,24		Compra: 5,26	
Venda: 5,24		Venda: 5,44	
EURO			
Compra: 6,05			
Venda: 6,05			

Esporte

Felipe Drugovich disputa o E-Prix de Madrid da Fórmula E

O Circuito de Jarama, nas proximidades de Madri, na Espanha, será o palco para o próximo compromisso do brasileiro Felipe Drugovich (GAV Resorts | Stilo) na Fórmula E, categoria mundial dos carros elétricos que realizará a 6ª etapa da temporada.

A rodada que marca a estreia da Fórmula E em Madri será disputada neste final de semana e terá início na sexta-feira, quando será realizado o primeiro treino oficial. A prova está marcada para o sábado, às 11h05, horário de Brasília.

“Estou bastante animado”, adiantou Felipe Drugovich,

campeão da Fórmula 2 em 2022. “Nunca corri em Jarama, mas é um traçado que me atrai bastante. Pela primeira vez na Fórmula E eu vou competir em um autódromo e certamente será uma experiência diferente das etapas anteriores”, disse o piloto da equipe Andretti Fórmula E.

Palco das etapas da Fórmula 1 entre 1968 e 1981, o Circuito de Jarama tem 3,934 quilômetros de extensão – o mais longo da temporada – e 14 curvas e será percorrido no sentido horário.

“Será uma pista bem legal para a Fórmula E, acredito que teremos um ótimo final de semana de Maringá (PR), que disputa sua



Felipe Drugovich

primeira temporada completa na categoria.

Esta é a 12ª temporada da Fórmula E, a mais longa da história, com 18 E-Prix, e sua 6ª etapa terá transmissão ao vivo no Band TV, no BandSports em TV fechada, no site Band.com.br, no Bandplay em suas plataformas digitais e pelo N Sports e Acelerada, em TV fechada e YouTube.

Confira a programação oficial da 6ª etapa da Fórmula E: SEXTA-FEIRA (20) 12h30 - Treino Livre 1 SÁBADO (21) 04h30 - Treino Livre 2; 06h40 - Tomada de Tempo; 11h05 - Corrida.

Brasileiros participam do DTB Pokal neste final de semana

A delegação brasileira de Ginástica Artística Masculina chegou à capital do estado de Baden-Württemberg depois de realizar o Centro Técnico Federal da federação italiana, em Milão.

Nas dependências milanesas, o Coordenador da Seleção Brasileira de Ginástica Artística Masculina, Hilton Dichelli Júnior, acompanhado pelos treinadores Caio Guilherme, Cristiano Albino, Daniel Biscalchin e Leonardo Finco, pôde definir quais atletas competirão em cada um dos aparelhos. “Esse período mais largo de preparação foi decisivamente importante para podermos organizar a equipe da melhor maneira possível”.

Dichelli deu mais detalhes sobre os dias de preparação em Milão. “A experiência foi fantástica. Os principais atletas da Itália estavam nesse centro de

treinamento. Eles também estavam se preparando; no caso, para um evento de clubes. Os ginastas italianos também se submeteram a avaliações, e pudemos observar a consistência dos atletas, tomar conhecimento das dificuldades que estão realizando. Isso é muito importante. Eles têm uma meta mais a longo prazo, que é o Campeonato Europeu, a ser disputado em agosto, na Croácia. Encontram-se em início de temporada, com planejamento para chegarem bem numa competição no segundo semestre. É uma situação semelhante à nossa. No nosso caso, o foco reside no Pan-Americano, nos Jogos Sul-americanos e no Mundial de Roterdã. Para resumir, conseguimos avaliar o momento deles e nos encaixamos para realizarmos uma boa preparação junto com eles”.

O Coordenador deu mais detalhes. “A gente teve uma grande

oportunidade de fazer uma troca consistente com os treinadores. Vale citar, em especial, o técnico Alberto Busnari, especialista no cavalo com alças. Ele deu várias dicas e um trabalho exclusivo, que é um exercício que ele criou e que leva o nome dele. Alguns dos nossos atletas o executam, e ele teve a paciência e a humildade de dividir várias informações com a gente”.

Quando ao DTB Pokal, Dichelli explicou quais são os objetivos dos brasileiros em Stuttgart. “Neste início de temporada, a gente está buscando uma melhor performance na execução. Ainda não é o momento de pensar em todas as dificuldades que podemos colocar nas séries, mas em elaborar uma melhor apresentação na execução”.

Solidez é a palavra-chave, segundo o Coordenador. “Buscamos séries sólidas, que tenham uma qualidade melhor ali para a apresentação. É isso que a gente

está buscando agora. Teremos no DTB Pokal 18 países participantes, em nível altíssimo. Temos atletas novos num evento como esse é muito importante, para que vão construindo um cabedal de experiência. Queremos que eles estejam prontos mais para a frente, quando precisarmos”.

Dichelli, explica, portanto, o perfil de atleta escolhido para competir na Alemanha. “Decidimos trazer atletas que já participaram do Mundial. Eles conhecerão melhor seus adversários e vão saber aquilo que é preciso ser feito e melhorado”.

O Coordenador deu mais detalhes. “Tivemos algumas mudanças importantes no Código de Arbitragem, e essa adaptação a essas mudanças, e ver as estratégias dos outros países, é bem importante para a gente criar as nossas”.

Sabesp lidera o Ranking do Saneamento 2026 com 5 municípios entre os 20 melhores

A 18ª edição do Ranking do Saneamento 2026, publicada na quarta-feira (18) pelo Instituto Trata Brasil (ITB) em parceria com a consultoria GO Associates, confirmou o protagonismo da Sabesp na gestão do saneamento básico no Brasil. O levantamento foi elaborado com base nos indicadores mais recentes do Sinisa (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), ano-base 2024. Nele, Franca ocupa a primeira posição, e outras quatro, também operadas pela Companhia, estão entre as 20 melhores do país.

O levantamento analisa os 100 maiores municípios do país em número de habitantes. Novamente, Franca alcançou a pontuação máxima, atingindo indicadores que superam as metas do Marco Legal do Saneamento:

99,46% de atendimento de água e 98,91% de coleta e tratamento de esgoto.

Já Santos ocupa a 4ª colocação, registrando 99,33% de cobertura de água, 98,46% de esgoto e 81,91% de tratamento. As outras três operações da Sabesp no topo da lista são Taubaté (10ª), São José dos Campos (16ª) e São Paulo (18ª).

Entre as 20 melhores, a Sabesp se destaca com outras 13 cidades: Praia Grande, São Vicente, Suzano, São Bernardo do Campo, Santo André, Guarujá, Mauá, Diadema, Barueri, Carapicuíba, Osasco, Guarulhos e Itaquaquecetuba.

Embora o Ranking 2026 reflita o cenário de 2024, a performance da Sabesp é impulsionada por um ciclo de investimentos que se intensificou no último exercício.

Em 2025, a Companhia realizou o montante recorde de R\$ 15,2 bilhões em obras, valor 2,2 vezes superior ao investido no ano anterior. Esse aporte permitiu que a empresa superasse todas as metas do Fator-U, resultando na ampliação do acesso à água para mais de 1,8 milhão de pessoas, enquanto a coleta de esgoto alcançou 2,1 milhões de novos beneficiários e o tratamento foi estendido a 3,7 milhões de cidadãos.

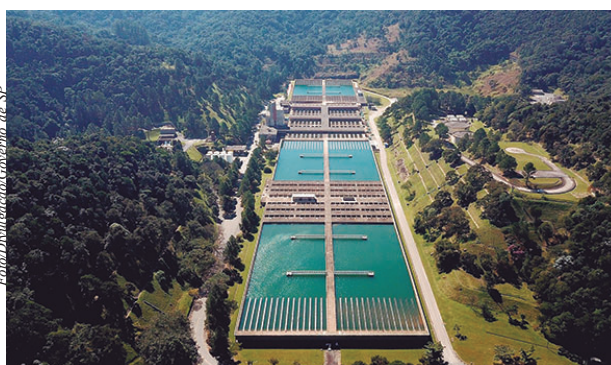
Com a geração de mais de 40 mil empregos diretos e indiretos, esses resultados reforçam o compromisso da Sabesp em anteciper a universalização do saneamento básico para 2029, garantindo soluções definitivas para problemas históricos.

Enquanto os 20 municípios com pior desempenho no Brasil investem, em média, apenas R\$ 77,58 por habitante, a Sabesp mantém patamares elevados para garantir a modernização das redes. Nesses cinco municípios operados pela Companhia que figuram entre os 20 melhores, o investimento médio é de R\$ 123,80 por habitante.

No ranking como um todo, há outros destaques da Companhia. Praia Grande, por exemplo, registrou o maior investimento per capita do país, com R\$ 572,87 por habitante, e a cidade de São Paulo investiu R\$ 12,2 bilhões entre 2020 e 2024, o que representa quase 36% de todo o investimento feito por todas as capitais brasileiras juntas.

O ranking também ressalta o avanço de municípios operados pela Sabesp como Guarulhos (48ª), que registrou um salto de 13 posições ao atingir a universalização no abastecimento (100% de água) e elevar a coleta de esgoto para 99,22%. Já São Vicente (25ª) subiu nove postos, impulsionado por um investimento de R\$ 198,87 por habitante e pela expansão do ciclo de esgoto, que já alcança 93,41% de coleta e 76,18% de tratamento. Essa trajetória consistente de ganhos é reforçada pelo avanço de cidades como Taubaté (+7), Carapicuíba (+5), Santos (+4), Franca (+4), Guarujá (+4) e Itaquaquecetuba (+4).

"A Sabesp consolida sua liderança nacional ao posicionar



No ranking, a cidade de Franca ocupa a primeira posição, e outros quatro municípios, também operados pela Companhia, estão entre as 20 melhores do país

te, os investimentos previstos são de R\$ 500 milhões. Além disso, serão destinados R\$ 2,4 bilhões para resiliência hídrica, como a interligação Billings-Taiapuê.

O Ranking do Saneamento do Instituto Trata Brasil analisa os 100 municípios mais populosos do Brasil com base nos dados mais recentes do Sinisa (Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico), ano-base 2024. A metodologia avalia três dimensões fundamentais: Nível de Atendimento, Melhoria do Atendimento e Nível de Eficiência. O relatório utiliza indicadores de cobertura de água e esgoto, volume de investimentos e eficiência operacional para ranquear as cidades, servindo como uma ferramenta de monitoramento para o cumprimento das metas de universalização estabelecidas pelo Marco Legal do Saneamento até 2033.

Investimentos da Sabesp em segurança hídrica

Os investimentos realizados ao longo dos últimos anos têm ampliado a resiliência do sistema de abastecimento paulista. A transposição Jaguari-Atibaína, que permite a transferência de água da bacia do Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira, e a conclusão do Sistema São Lourenço são exemplos de obras que contribuíram para aumentar a segurança hídrica da Região Metropolitana.

Houve também reforço no abastecimento de água com a entrega no início deste mês do bombeamento de até 2.500 litros por segundo da bacia do rio Itapanhá, na Serra do Mar, para o Sistema Alto Tietê. Outra obra importante que já está em execução é a interligação Billings-Alto Tietê, que permitirá a captação de até 4 mil litros de água bruta por segundo no braço do Rio Pequeno, na represa Billings, em São Bernardo.

Em 2025, foram concluídas ainda a ampliação da Estação de Tratamento de Água do Rio Grande, com aumento de capacidade de 500 litros por segundo e investimento de R\$ 120 milhões, beneficiando mais de 120 mil pessoas e a modernização da Estação de Tratamento de Água do Alto da Boa Vista, com investimento de R\$ 25 milhões.

Desde a desestatização da Sabesp, realizada pelo Governo de São Paulo em 2024, a Companhia está investindo mais de R\$ 5 bilhões até 2027 em novas obras de resiliência hídrica, reforçando a capacidade de resposta do sistema frente a cenários de seca prolongada e demanda elevada. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)
Histórias : o cantor Netinho de Paula (então no PC do B) teve quase 8 milhões de votos ao Senado pelo Estado SP em 2010. Foi o preto mais votado da América Latina. Depois, nunca mais se eleger vereador na capital

PREFEITURA (São Paulo)
Histórias : O agora ex-presidente Michel Temer (vice da Dilma - PT - pelo MDB entre 2011 e 2016 quando foi cassada) foi candidato a vice-prefeito em 2004 da então ex-prefeita (PT) Erundina (deputada federal - SP - pelo PSB)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Histórias : deputada Fabiana 'Bolsonaro' causou ao pintar-se de preta pra demonstrar que isso não a torna preta ... e que a 'trans' e deputada federal Erika 'Hilton' (PSOL) não é mulher pra presidir uma comissão de mulheres

GOVERNO (São Paulo)
Histórias : em 2022 a candidatura do ex-prefeito Haddad foi contra o 'estrangeiro' Tarcísio Freitas (Republicanos). Em 2026, o PT do Lulaismo abre mão de poder ganhar uma cadeira no Senado SP pra conter as derrotas em SP

CONGRESSO (Brasil)
Histórias : Marina Silva (dona do Rede) está deputada federal por SP e quer repetir o ato ao Senado, vale lembrar que a esposa do senador Moro (indo pro PL no PR) também usou SP sem morar aqui pra se eleger deputada federal

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Histórias : agora que o senador Flavio Bolsonaro (PL - Rio) escalou Sérgio Moro [ex-juiz federal na "Lava Jato" e ex-ministro / Justiça de seu pai] pra disputar o governo PR pelo PL, vale questionar se pode tirar votos do eleitorado no RS

PARTIDOS (Brasil)
Histórias : o pai da deputada - na ALESP - Fabiana 'Bolsonaro', Adilson Barroso foi dono do PEN que virou Patriota. Anunciou que Jair Bolsonaro seria candidato à reeleição pelo Patriota. Após ser suplente, hoje é deputado federal no PL

JUSTIÇAS (Brasil)
Histórias : somando tudo o que alguns sócios de bancos aprontaram nos mercados financeiros e políticos desde o Século 20, o caso do Daniel Vorcaro (banco Master) operou o maior caso de crimes [como nas profecias bíblicas]

ANO 34
O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Na imprensa (Brasil) desde 1993, nossa coluna [diária] de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (SP) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por ter se tornado referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

A PALAVRA - "Tudo quanto tem fôlego louve ao Senhor. Louvai ao Senhor!" Salmo 150:6

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal Atas, Balanços e Convocações
Fone: 3258-1822
Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC
Notícias Agrícolas
Folhapress

Governo de São Paulo
Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Governo simplifica o registro e a atualização de empresas que atuam na cadeia dos agrotóxicos



Os agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola são importantes insumos na produção de alimentos

A Secretaria de Agricultura e Abastecimento publicou no Diário Oficial a Resolução SAA nº 8/2026 que aprova novas normas e procedimentos administrativos para registro, renovação, alteração e cancelamento cadastral de empresas que atuam na cadeia dos agrotóxi-

cos junto à Defesa Agropecuária.

A nova resolução reorganiza as regras de registro das empresas e os detalhes operacionais para a Defesa Agropecuária. Com isso, o processo tende a ficar mais ágil, reduzindo o acúmulo de proces-

sos e alinhando melhor as exigências com a legislação vigente.

"A nova resolução reduz burocracias e reorganiza o procedimento de registro, eliminando exigências documentais excessivas que estavam previstas na Resolução SAA nº 5/2022 e que geravam retrabalho para empresas e para a Defesa Agropecuária", comenta Marcelo Chaim, engenheiro agrônomo e chefe da Divisão de Fiscalização de Insumos e Conservação de Solo (DFICS).

A nova regulamentação também promove um ajuste importante no escopo da atuação da Defesa Agropecuária ao retirar exigências de plantais relacionados a competências fiscalizatórias de outros órgãos. Com isso, evita-se a sobreposição de atribuições e a análise de documentos que não dizem respeito diretamente à atuação do órgão, permitindo que as equipes concentrem seus esforços na fiscali-

zação em campo, que é a principal ferramenta de verificação do cumprimento da legislação.

Os agrotóxicos e afins de uso fitossanitário em área agrícola são importantes insumos na produção de alimentos e, para serem comercializados no estado de São Paulo, as empresas que atuam no setor devem estar devidamente registradas na Defesa Agropecuária.

Consequentemente, a fiscalização efetiva do comércio desses agrotóxicos evita que sejam adquiridos e utilizados produtos sem registro nos órgãos responsáveis, contrabandeados, falsificados, proibidos por lei, fracionados ou ainda com prazos de validade vencidos, dentre outras irregularidades que podem comprometer o rendimento das lavouras e aumentar os riscos de danos ao meio ambiente, à saúde do trabalhador rural e à sustentabilidade dos alimentos produzidos. (Governo de SP)

Duas estações da CPTM terão cadastramento para vagas de estágio nesta sexta-feira (20)

Jovens que passarem pelas estações Tatuapé e Palmeiras-Barra Funda da CPTM poderão participar da ação realizada para cadastramento em vagas de estágio e cursos de aprendizagem.

Na Estação Tatuapé, das 11h às 15h, a atividade acontece em parceria com Centro de Integração Empresa Escola (CIEE). As oportunidades são voltadas aos estudantes entre 14 e 24 anos, matriculados no ensino médio, técnico ou superior, que podem se inscrever e concorrer a vagas, conforme o perfil.

Durante o evento, haverá divulgação de cursos online, orientações e atendimento pelos profissionais do CIEE, que prestam apoio a quem está à procura de vagas de estágio e auxiliam na solução de dúvidas em relação ao mundo do trabalho.

Na Estação Palmeiras-Barra Funda, das 12h às 18h, a oportunidade será oferecida pela equi-



pe do Nube, que estará disponível para atendimento e cadastro de vagas de estágio para estudantes de ensino médio, técnico ou superior, de forma gratuita. No local ainda haverá oferta de vagas de aprendizagem para jovens de 14 a 24 anos.

A Estação Itaquaquecetuba (Linha 12-Safira) recebe nesta

sexta-feira (20), das 8h30 às 12h30, a ação Bancada Literária, iniciativa realizada em parceria com a Secretaria Municipal da Cultura que vai distribuir gratuitamente 300 livros de literatura aos passageiros que estiverem pela estação.

A ação tem como objetivo incentivar o hábito da leitura e am-

pliar o acesso da população aos livros, aproximando a literatura do cotidiano das pessoas que utilizam o transporte público diariamente. Durante a atividade, serão distribuídos títulos variados de literatura, permitindo que os passageiros tenham contato com diferentes gêneros e autores.

A Companhia Paulista de Trens Metropolitanos é uma operadora de transporte ferroviário de passageiros, com 1,2 milhão de passageiros transportados por dia útil. Diariamente, os trens percorrem cerca de 33,5 mil km ou 1,3 volta em torno da Terra, em 1.551 viagens programadas. Juntas, as quatro linhas da CPTM somam 142 km de extensão, dos quais 74 km estão na capital paulista, que também conta com 18 estações do total de 41. A CPTM atende os moradores de 12 municípios, incluindo a capital. (Governo de SP)

Presidente sanciona lei que reduz tributos para indústria química

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quinta-feira (19), a lei que reduz as alíquotas tributárias para indústrias químicas e petroquímicas participantes de regime fiscal especial até a migração para um novo regime com vigência em 2027. Com a medida, o governo federal deve elevar de R\$ 1 bilhão para R\$ 3,1 bilhões o orçamento destinado ao Regime Especial da Indústria Química (Reiq) para este ano.

Segundo o texto, as alíquotas referentes ao pagamento menor de tributos federais (PIS e Cofins) valerão de março a dezembro deste ano e substituem outras vetadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva por falta de previsão de impacto orçamentário.

O Programa Especial de Sustentabilidade da Indústria Química (Presiq) foi sancionado no fim do ano passado, com vetos, e visa diminuir custos de produção da indústria química por meio da redução das alíquotas.

Houve acordo para o novo projeto, e a lei, agora sancionada, limita a renúncia fiscal em 2026 a R\$ 2 bilhões, mas isenta a proposta de critérios para tramitação recém-incluídos na Lei de Responsabilidade Fiscal e na Lei de Diretrizes Orçamentárias deste ano.

Outros R\$ 1,1 bilhão bancarão créditos tributários adicionais previstos na legislação para



Foto: Fernando Fracalossi/IBR

as centrais petroquímicas e indústrias químicas participantes do Reiq.

A renúncia abrange a compra de nafta petroquímica e parafina e vários outros produtos químicos utilizados como insumo pela indústria.

Alíquotas

O texto vetado anteriormente pelo governo previa aplicação de alíquotas de 0,67% de PIS e 3,08% de Cofins nos meses de novembro e dezembro de 2025, baixando para 0,54% e 2,46%, respectivamente, em todo este ano.

Além de limitar a renúncia, a lei sancionada propõe alíquotas de 0,62% e 2,83% respectivamente de PIS e Cofins de março a dezembro deste ano, um meio termo.

Essas alíquotas se aplicam também à importação com incidência de PIS-Importação e Cofins-Importação.

A lei tem caráter transitório para evitar descontinuidade abrupta do regime fiscal especial previamente instituído, preservando a previsibilidade regulatória e a estabilidade econômica do segmento durante o período de transição. Os benefícios tributários relativos ao Reiq se encerrarão no início do ano de 2027, devido ao fim da contribuição para o PIS e da Cofins, promovido pela reforma tributária.

O impacto fiscal será somente neste ano, e a renúncia estimada de R\$ 3,1 bilhões será compensada por ganho de arrecadação e projeção de receita ao longo de 2026.

Abiquim

O texto foi aprovado pelo Senado no mês passado e, na ocasião, a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) celebrou a medida. Para a entidade,

a lei é um avanço importante para a recomposição da competitividade.

"O setor opera com ociosidade média superior a 35%, enfrentando crescimento acelerado das importações, perda de participação no mercado interno e pressão estrutural de custos, sobretudo com energia, gás natural e matérias-primas", explicou a Abiquim.

"Espera-se recuperar a produção em plantas, hoje ociosas, por meio da ampliação da aquisição de insumos. Somado à exigência de manutenção de empregos, isso deve gerar mais renda e arrecadação adicional de tributos. Por sua vez, o estímulo a investimentos promove inovação e eleva a produtividade da indústria química brasileira", destacou a entidade.

Os dados apontam que a indústria química brasileira é a sexta maior do mundo, com faturamento anual de US\$ 167,8 bilhões. O setor gera cerca de 2 milhões de empregos diretos e indiretos e figura entre os maiores contribuintes tributários da indústria nacional.

Para a Abiquim, a aprovação da proposta consolida uma articulação multipartidária no Congresso Nacional e também reflete um ambiente de diálogo construtivo com o governo federal, especialmente no âmbito do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). (Agência Brasil)

Lula confirma Durigan na Fazenda, após saída de Haddad

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva confirmou na quinta-feira (19) que Dario Durigan será o novo ministro da Fazenda, substituindo Fernando Haddad, que deixará o cargo para disputar as próximas eleições.

O anúncio foi feito durante a abertura da 17ª Caravana Federativa, em São Paulo, de forma informal, enquanto Durigan cumprimentava autoridades presentes.

"Quero cumprimentar o companheiro Dario Durigan. Ele será o substituto do Haddad no Ministério da Fazenda. Pode olhar para a cara dele, que é dele que vocês vão cobrar muitas coisas", declarou o presidente.

A confirmação ocorreu quando Lula lia a lista de participantes do evento. Ao citar Durigan, pediu que ele se levantasse e o apresentasse como futuro titular da equipe econômica.

Durante o discurso, o presidente também fez um balanço do governo e destacou a atuação dos ministros ao longo do mandato.

"Haddad passará para a história como o ministro da Fazenda mais exitoso da história deste país por ter aprovado uma reforma tributária que estava parada há 40 anos", afirmou Lula.

Saída confirmada

Mais cedo, Haddad confirmou que deixará o comando da pasta após mais de três anos no cargo. Oficialmente, Haddad anunciou a sua saída em uma coletiva de imprensa. Apenas disse que disputará as próximas eleições.

Nas últimas horas no cargo, Haddad classificou o momento de simbólico. "Hoje é um dia especial, um dia que eu estou deixando o Ministério da Fazenda", disse.

A saída ocorre em meio à expectativa de que o ex-ministro anuncie sua pré-candidatura ao governo paulista na noite desta quinta-feira (19), em evento ao lado de Lula em São Bernardo do Campo.

Balanco econômico

Em seu discurso, Haddad

destacou medidas adotadas durante sua gestão, com ênfase na articulação com o Congresso e na cooperação entre União, estados e municípios.

Segundo ele, o chamado pacto federativo foi essencial para os resultados econômicos recentes.

"O apoio do Congresso e a reconstrução do pacto federativo foram fundamentais para corrigir distorções tributárias e permitir crescimento com inclusão."

O ex-ministro também citou ações como a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, a tributação de rendas mais altas e o aumento de investimentos públicos como fatores que contribuíram para a melhora de indicadores econômicos.

Biografia

Atual secretário executivo da Fazenda, Durigan já atuava como principal articulador político da equipe econômica e deve dar continuidade à agenda fiscal do governo. Antes de assumir o posto de número dois do Ministério da Fazenda, em 2023, Durigan atuava no setor privado como responsável por políticas públicas do WhatsApp no Brasil, função exercida dentro da Meta Platforms desde 2020, grupo que também controla Facebook e Instagram.

Formado em Direito pela Universidade de São Paulo e mestre pela Universidade de Brasília, ele construiu carreira no setor público antes da experiência na tecnologia. Entre 2010 e 2011, trabalhou na Advocacia-Geral da União com foco em gestão estratégica. Em seguida, atuou como assessor jurídico na Casa Civil entre 2011 e 2015, durante administrações petistas.

Posteriormente, integrou a equipe de Haddad na Prefeitura de São Paulo como assessor especial, entre 2015 e 2016. Na sequência, exerceu a advocacia na Consultoria Jurídica da União em São Paulo até 2020, consolidando sua atuação na área pública e jurídica. (Agência Brasil)

Em 2024, taxa de inovação das empresas brasileiras chegou a 64,4%

Em 2024, o Brasil tinha 10.165 empresas com 100 ou mais pessoas ocupadas nas Indústrias Extrativas e de Transformação. Desse total, 64,4% introduziram algum produto novo ou substancialmente aprimorado e/ou incorporaram algum processo de negócios novo ou aprimorado para uma ou mais de suas funções de negócios.

Esse resultado correspondeu a uma redução de 2,0 ponto percentual da taxa de inovação em relação ao ano de 2023 (66,4%), representando a terceira queda consecutiva desse indicador desde 2021, quando foi 70,5%.

A taxa de inovação foi maior nas empresas de maior porte, chegando a 75,4% nas empresas com mais de 500 pessoas ocupadas.

Os dados são da Pesquisa de Inovação Semestral 2024: Indicadores Básicos (Pintec), divulgada nesta quinta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 2024, 32,7% das empresas analisadas inovaram em produto e processo de negócios, 1,7 ponto percentual inferior ao registrado em 2023 (34,4%), com a menor taxa de inovação observada em ambas as categorias, quando comparada ao primeiro ciclo da Pintec Semestral, em 2021.

As empresas que inovaram só em produto também apresentaram, em 2024, a menor taxa de inovação em relação aos anos anteriores. Por sua vez, as empresas que inovaram só em processo de negócios, em 2024, tiveram taxas maiores do que as observadas em 2023, 19,2% frente a 16,6%, o que correspondeu a um acréscimo de 2,6 pontos percentuais.

Segundo o analista da Pintec, Flávio Peixoto, essa queda pode ser atribuída à conjuntura econômica.

"2021 foi um ano muito atípico de pós-pandemia. As atividades produtivas e inovativas es-

tavam bastante repressadas. Nos três últimos anos as atividades ficaram mais estáveis. A taxa de investimentos também caiu e houve alta da taxa de juros, a Selic", disse o analista.

O setor de fabricação de produtos químicos (84,5%) liderou o ranking de inovação entre as atividades industriais, seguido por fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (82,1%) e fabricação de móveis (77,1%). Fabricação de produtos de fumo (29,8%) foi o setor menos inovador.

Em 2024, 32,9% das empresas investiram recursos em atividades internas de pesquisa e desenvolvimento (P&D), o menor percentual desde 2021 (33,9%). Nos setores de Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos, fabricação de produtos químicos, fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos e fabricação de outros equipamentos de transporte, a taxa superou 50%.

Os gastos com P&D em 2024 foram em torno de R\$ 39,9 bilhões, valor superior ao verificado em 2023 (R\$ 38,2 bilhões) em termos nominais.

As empresas inovadoras da Indústria de transformação foram responsáveis por 85,4% desse valor (R\$ 34,1 bilhões) e as das Indústrias Extrativas, por 14,6% (R\$ 5,8 bilhões). Em valores absolutos, houve um aumento dos dispendios tanto na Indústria de transformação quanto na indústria extrativa.

As empresas inovadoras utilizaram mais apoio público em 2024 (38,6%) na comparação com 2023 (36,3%). O instrumento de apoio público proporcionalmente mais utilizado em 2024 foi o Incentivo fiscal à pesquisa e desenvolvimento e inovação tecnológica (28,9%).

Segundo a Pintec, a expectativa de 96,4% das empresas inovadoras para 2025 é elevar ou manter os gastos com P&D. (Agência Brasil)

Mercado vive turbulência com infraestrutura petrolífera sob ataque

Os recentes ataques de Israel e do Irã a instalações e infraestruturas de extração de petróleo e de gás natural do Oriente Médio fizeram com que os preços do barril do tipo Brent disparassem, chegando a US\$ 119 na manhã da quinta-feira (19).

Diante da escalada de preços, o secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Scott Bessent, anunciou com a possibilidade de autorizar a comercialização de petróleo iraniano que se encontra armazenado em navios na região.

A estratégia para conter a alta de preços foi apresentada durante entrevista ao programa Mornings with Maria, da Fox Business. Com isso, a cotação do barril recuou para US\$ 108.

A alta recente do barril tipo Brent, que é a referência de preços para o mercado internacional, foi impulsionada após Israel ter atacado, na quarta-feira (18), o campo de gás Pars, que o Irã divide com o Catar no Golfo Pérsico.

Em resposta, o Irã atacou, ainda na quarta-feira, a refinaria de Ras Laffan. Já na madrugada desta quinta-feira, os alvos foram instalações de gás natural no Catar. Depois de o presidente dos EUA, Donald Trump, ter ameaçado destruir a totalidade do campo de gás iraniano de South Pars,

o maior do mundo.

Entenda o conflito no Oriente Médio

Pela segunda vez, desde junho de 2025, Israel e os Estados Unidos lançaram ataques contra o Irã em meio às negociações sobre o programa nuclear e balístico do país persa.

A ofensiva mais recente teve início em 28 de fevereiro, quando EUA e Israel bombardearam a capital, Teerã. O líder supremo do país, aiatolá Ali Khamenei, morreu neste ataque, além de outras autoridades. O filho do aiatolá, Mojtaba Khamenei, foi escolhido novo líder do país.

O Irã, por sua vez, disparou mísseis contra países árabes do Golfo com presença militar dos Estados Unidos, como Kuwait, Catar, Emirados Árabes Unidos e Jordânia.

Os países envolvidos no conflito estão entre os maiores produtores e exportadores de petróleo do mundo, e parte importante dessa produção passa pelo Estreito de Ormuz, que foi bloqueado pelo Irã.

As incertezas sobre a oferta fizeram disparar o preço dos combustíveis no mercado internacional, e o petróleo já superou os US\$ 100 o barril. (Agência Brasil)

MP impõe multa de até R\$ 10 milhões e suspensão para empresa que desrespeitar frete mínimo

A medida provisória que altera a política de frete mínimo no país vai impor um modelo mais rigoroso de fiscalização e punição, com multas que podem chegar a R\$ 10 milhões por operação, além de suspensão do direito de atuar no transporte e até o cancelamento do registro da empresa por até dois anos.

A MP que o Ministério dos Transportes publica na quinta-feira (19), resultado da pressão dos caminhoneiros sobre a alta do preço do diesel e de ameaça de greve, define uma série de medidas contra empresas que contrataram transporte rodoviário de cargas por valores abaixo do piso.

A multa, que varia entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões, poderá ser aplicada individualmente para cada operação irregular, o que amplia o impacto financeiro em casos de descumprimento sistemático.

A MP também prevê a possibilidade de suspensão do registro no RNTRC (Registro Nacional do Transportador Rodoviário

de Cargas), impedindo a empresa de operar por períodos que variam de cinco a 45 dias. Em situações de reincidência, o cancelamento do registro, com afastamento do mercado, pode chegar a até dois anos.

Há mudanças, também, no modelo de fiscalização. Até hoje, ele era baseado em autuações posteriores, com aplicação de multas após a constatação da irregularidade. Com a MP, o governo passa a adotar um sistema preventivo, a partir do Ciot (Código Identificador da Operação de Transporte), que se torna obrigatório para todas as operações.

O novo desenho determina que a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) deverá impedir a emissão do Ciot quando o valor do frete estiver abaixo do piso, o que, na prática, bloqueia a realização da operação antes mesmo de ocorrer.

Sem esse código válido, o transporte não pode ser formalizado, nem vinculado aos do-

cumentos fiscais obrigatórios, como o chamado MDF-e (Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais). Com isso, o governo quer eliminar a principal fragilidade do modelo anterior, que permitia a contratação de fretes irregulares e dificultava a fiscalização.

Outro ponto da MP cria um sistema escalonado de punições. A proposta estabelece que empresas que acumularem mais de três autuações em um período de seis meses poderão sofrer suspensão cautelar imediata do registro. Caso haja reincidência, a penalidade evolui para suspensão mais longa e, posteriormente, para o cancelamento do registro.

A MP responsabiliza não apenas transportadores e contratantes diretos, mas também intermediários e agentes que anunciem fretes abaixo do valor mínimo. Eles poderão sofrer as mesmas penalidades que os demais, incluindo multas e restrições para atuar.

Paralelamente, o texto pre-

serva os caminhoneiros autônomos, excluindo esse grupo de sanções. A tentativa é direcionar o foco da fiscalização para grandes empresas que têm maior poder de negociação.

Na prática, as medidas como suspensão e cancelamento do registro no RNTRC não se aplicam ao caminhoneiro autônomo, direcionando essas penalidades às empresas que contratam o serviço por valores abaixo do piso. A lógica é que o autônomo ocupa uma posição mais vulnerável na cadeia e, muitas vezes, aceita fretes inferiores ao mínimo por necessidade.

A ANTT terá sete dias para regulamentar os novos dispositivos da MP.

Interlocutores do Palácio do Planalto afirmam que o governo tem convicção de que o texto terá boa aceitação por parte da categoria, por conta dos benefícios mantidos com as lideranças e do alinhamento sobre as principais demandas da categoria. (Folhapress)

Lula questiona BC sobre corte da Selic: "esperava pelo menos 0,5%"

Justiça suspende processo que pode levar à perda de concessão da Enel

A Justiça Federal do Distrito Federal concedeu, na quinta-feira (19), decisão liminar para suspender a tramitação do processo que pode levar à caducidade do contrato da distribuidora de energia Enel São Paulo. O processo estava na pauta da reunião da diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) da próxima semana.

Na última terça-feira (17), a Enel entrou na Justiça para tentar suspender o processo de caducidade do contrato de concessão que está em tramitação na agência reguladora, motivado por sucessivas falhas no fornecimento de energia na região atendida pela distribuidora.

No pedido à Justiça, a Enel apontou violação ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa, alegando que o diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, divulgou seu voto pedindo a caducidade do contrato de concessão antes do encerramento do prazo para manifestação da defesa.

De acordo com a juíza federal substituta da 1ª Vara Federal Cível, Pollyanna Kelly Maciel, a conduta vai de encontro à Lei de Processo Administrativo. Segundo ela, a inclusão do processo na pauta da Aneel "evidencia o risco de consolidação de uma pena extrema com base em processo instruído à revelia do devido processo legal".

"O avanço deliberativo da Agência sobre uma base procedimental comprovadamente maculada infligiria lesões de difícil ou incerta reparação à prestação de serviços, à concessionária e aos usuários", afirmou a juíza.

A Aneel informou nesta quinta-feira que está avaliando a decisão e as ações que serão tomadas "para assegurar suas prerrogativas e competências legais".

O diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, disse ter ficado "surpreso" com o pedido de suspensão feito pela Enel. Para ele, a empresa deveria "gastar menos dinheiro com advogado" e trabalhar para melhorar o serviço que é prestado para a população.

"Eu recomendo fortemente à empresa que ela empreenda todos os esforços possíveis para melhorar o serviço ao cidadão, melhorar a qualidade do serviço e eventualmente reduza o seu esforço de contratação de cada vez mais suporte jurídico para evitar que a Aneel trabalhe", disse o diretor da agência reguladora em entrevista.

A discussão sobre a caducidade da concessão da Enel São Paulo entrou em análise na agência reguladora depois que o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, e o prefeito da capital, Ricardo Nunes, se uniram para pedir o rompimento do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que a Enel detém na capital paulista e em outros 23 municípios da região metropolitana.

O pedido foi feito após diversas reclamações de moradores e comerciantes da Grande São Paulo, que enfrentaram diversos episódios de falta de luz no final do ano passado.

A capital paulista tem 5,8 milhões de clientes da distribuidora, o que corresponde a cerca de 75% do total da concessão. (Agência Brasil)

Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) reduziu a Selic de 15% ao ano para 14,75%. A decisão era esperada pelo mercado financeiro, de acordo com dados do boletim Focus, ainda que parte dos analistas apostasse em uma redução maior. Antes da escalada do conflito no Oriente Médio, a expectativa predominante era de um corte de 0,5 ponto.

"Nós estamos fazendo um sacrifício que vocês não têm noção. O sacrifício que nós estamos fazendo para fazer a economia crescer, para fazer a geração de emprego, para aumentar o salário das pessoas, vocês não têm noção", acrescentou Lula, em referência aos impactos que a Selic em alta causa na economia, como a desaceleração da atividade econômica.

Em 15% ao ano, a Selic estava no maior nível desde julho de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Na ata da reunião de janeiro, o Copom afirmou que iniciaria um ciclo de corte nos juros na reunião desta semana, mas o comunicado divulgado na quarta-feira (18) trouxe mais cautela diante do aumento das incertezas provocado pelo conflito no Oriente Médio. O BC não descartou rever o ciclo de baixa, caso seja necessário.

A taxa básica de juros serve de referência para as demais taxas da economia e é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. A previsão do mercado é

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

Selic alta e superávit de petróleo ajudam a amortecer impacto econômico da guerra, diz Itaú

A taxa Selic elevada e o superávit em petróleo na balança comercial brasileira devem ajudar a amortecer o impacto da guerra no Oriente Médio sobre a economia, hoje mais preparada para enfrentar esse tipo de choque do que no passado.

A avaliação é da equipe de macroeconomia do Itaú BBA, que aponta que o diferencial de juros entre a taxa brasileira e a norte-americana mantém o Brasil atrativo a investidores.

A Selic está em 14,75% ao ano, após o primeiro corte em quase dois anos na última quarta-feira (18), enquanto a dos Estados Unidos está na faixa entre 3,5% e 3,75% ao ano.

Além disso, as exportações de petróleo brasileiro superam as importações em cerca de US\$ 29,6 bilhões em 2025, o que ajuda a garantir o fluxo de dólares ao Brasil.

"Temos mais amortecedores do que tínhamos no passado, que é o diferencial de juros e a balança de petróleo positiva, em alto patamar. Mas é claro que tudo depende do tamanho do tsunami que vai chegar", ponderou Julia Gottlieb, economista do Itaú, em evento com jornalistas na quinta-feira (19).

Esses amortecedores estão dando suporte à moeda brasileira, que está apresentando um desempenho relativamente melhor do que o de outras divisas considerando o choque da commodity.

A aplicação é subcutânea, feita na camada de gordura sob a pele, e os efeitos colaterais mais comuns são gastrointestinais, como náusea, constipação, diarreia e vômito.

Em relação ao preço, Duarte afirma que a Sbem-SP não espera elevação de custo com a mudança de formato, e que há expectativa de redução. "Por ter menos componentes na parte industrializada, esperamos alguma redução de preço em relação às canetas separadas, o que poderia melhorar a adesão ao tratamento", diz.

Em termos de segurança, o especialista afirma que não há preocupações adicionais. Como a caneta é programada para aplicar a dose recomendada, o principal risco seria o paciente não regular corretamente e acabar usando uma dose menor, o que reduziria o efeito do medicamento, mas não representaria risco à saúde.

A entidade também não vê distinção entre o novo formato e as canetas individuais no que diz respeito ao uso inadequado para empacramento sem indicação médica.

Especialistas reforçam que o medicamento deve ser visto como uma ferramenta auxiliar para perda de peso, e não como solução isolada. Manter uma alimentação equilibrada e praticar atividade física regular são fundamentais para evitar o reganho de peso ao longo do tratamento. (Folhapress)

de 2006, quando era de 15,25% ao ano. De setembro de 2024 a junho de 2025, a taxa foi elevada sete vezes seguidas, mas não foi alterada nas quatro reuniões seguintes.

"A guerra interrompeu a janela positiva de apreciação do real que estávamos vendo até então, mas, ainda assim, o real tem performado muito bem considerando o tamanho do choque. Saiu de R\$ 5,10 antes da guerra para R\$ 5,20, até R\$ 5,30 em momentos de maior estresse", diz Gottlieb.

"Ou seja, apesar do choque, continua em um patamar sustentável".

Do dia 28 de fevereiro até esta quinta-feira, o dólar subiu pouco mais de 10% em relação ao real como reflexo da crise. A valorização é maior em relação a moedas fortes, como coroa sueca (16%), coroa norueguesa (15%), franco suíço (14%) e euro (14%).

O dólar tem sido escolhido como porto seguro para investidores globais em meio à disparada do petróleo. Nesta quinta, o barril do Brent ultrapassou o patamar de US\$ 119 depois que o Irã atacou instalações energéticas em todo o Oriente Médio, em resposta ao ataque de Israel ao seu campo de gás de Pars Sul.

Ainda que o real não esteja sofrendo tanto o baque do conflito, o Itaú não prevê que o Brasil passe incólume pelo conflito.

Segundo o banco, a disparada do petróleo pode afetar a inflação brasileira de duas formas: direta e indiretamente. Segundo o banco, um dos impactos mais imediatos é sobre a gasolina: a

cada 10% de aumento no preço do combustível, o efeito sobre o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) é de alta de 0,2 ponto percentual.

No caso do diesel, o impacto é indireto. Menos usado por consumidores, o efeito vem pelo encarecimento do frete dos caminhões, o que afeta o preço final dos produtos em geral. Nesse caso, o Itaú também considera que 10% de aumento no combustível tem impacto de 0,2 ponto sobre o índice, mas de forma pulverizada.

"O diesel tem um peso baixo no IPCA, mas ele impacta na cadeia por causa dos custos de frete. Ou seja, por mais que o peso direto do diesel no IPCA seja pequeno, ele tem um efeito indireto no IPCA que é relevante", diz Gottlieb.

O governo Lula (PT) tem anunciado estratégias para conter os preços nas bombas de combustível. Na semana passada, o Executivo zerou os tributos federais PIS/Cofins sobre o diesel, estabeleceu o pagamento de subvenção a produtores e importadores e instituiu um imposto de exportação de petróleo de 12%.

Com as medidas, o governo estima redução de R\$ 0,64 no litro do diesel vendido, sendo R\$ 0,32 referentes à isenção do PIS/Cofins e R\$ 0,32 à subvenção.

Menos de 24 horas depois, a Petrobras anunciou aumento de R\$ 0,38 por litro no preço do diesel vendido em suas refinarias. O

aumento é superior aos R\$ 0,32 por litro de isenção de PIS/Cofins, o que significa que o repasse final às distribuidoras será de R\$ 0,06 por litro, segundo a estatal.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 01.699.834/0001-90



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

O ano de 2025 foi economicamente desafiador, mas também por avanços estruturais importantes e conquistas relevantes para o Grupo Pernambucanas, estabelecendo bases sólidas para o crescimento sustentável nos próximos anos. O ano foi também o primeiro ano completo da reestruturação iniciada no 4º trimestre de 2024 com diversos marcos estratégicos e operacionais, principalmente pela jornada de transformação que segue em ritmo acelerado. Nos últimos anos, o setor de varejo brasileiro tem experimentado mudanças estruturais relevantes, decorrentes da evolução dos canais de venda, da digitalização do consumo e da crescente exigência dos consumidores por maior conveniência, eficiência e qualidade na experiência de compra. Esse ambiente competitivo mais dinâmico exige das organizações capacidade contínua de adaptação, eficiência operacional e disciplina na alocação de recursos.

Nesse contexto, a Companhia vem mostrando resiliência para esses períodos mais desafiadores, e que vem sendo superados pelo processo abrangente de revisão de seu modelo operacional e estratégico, com o objetivo de fortalecer sua competitividade, aprimorar seus processos de gestão e estabelecer bases sólidas para um novo ciclo de desenvolvimento e entrega de resultados sustentáveis.

Em 2025, tivemos o início da operação da PL-OC (Projeto Logístico do Grupo de serviços de transporte para serviços terciários) que vem trazendo ganhos de eficiência e sinergias importantes com a operação do varejo. Ainda, o maior amadurecimento da Governança Corporativa permitiu organizar e potencializar os diferentes negócios da Companhia, assegurando maior foco estratégico por empresa, autonomia operacional e eficiência na jornada de transformação que segue em ritmo acelerado. Envergamos os desafios como catalisadores de transformação. Os desafios com a geração de caixa, que em 2025 apresentamos um CCL negativo em R\$ 98.027 (2024 - R\$ 809.838), e, sendo enfrentados com melhorias no ciclo de recebimento (com aumento de participação do Cartão Pernambucanas nas vendas e nos incentivos ao pagamento via PIX), renegociação de prazo de pagamento dos principais fornecedores e alongamento dos prazos de pagamento dos fornecedores internacionais, viabilizados com o início da operação com novos fornecedores (que em 2025 serão responsáveis por aproximadamente 30% da importação, com impacto de R\$ 25.000), redução da cobertura de estoque em 5 dias, com impacto positivo anual estimado em R\$ 50.000, refinanciamento da dívida bancária por meio de operações estruturadas via mercado de capitais e conclusão da venda do Hotel Jatúca com impacto de R\$ 115.000 e redução da antecipação de recebíveis em razão da geração de caixa operacional. Essas ações em conjunto têm potencial em reduzir o déficit no CCL em 50% ao longo do ano. O resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos, embora ainda negativo em R\$ 464.940, apresentou melhora de 22% em relação ao exercício anterior. Essa evolução decorre, principalmente, da redução das despesas com vendas, no montante de R\$ 125.502, bem como da diminuição do resultado negativo das controladas, que registrou lucro de R\$ 18.586 no período. Em contrapartida, observou-se aumento das despesas financeiras, especialmente das despesas com juros, que cresceram em R\$ 41.687, cerca de 50% desse acréscimo refere-se à despesa de natureza não caixa associada à remuneração das debêntures emitidas como instrumento para viabilizar o aporte de capital realizado pelas ações ao final de 2024. Tais debêntures são obrigatoriamente convertíveis em ações e, quando da conversão, terão seus saldos integralizados ao capital social. Ademais, outros fatores que contribuíram para o crescimento das despesas com juros incluem o aumento do custo das operações de antecipação de recebíveis, refletindo, tanto o maior volume de utilização dessas linhas, quanto o ambiente de taxas mais elevadas observado ao longo do exercício.

Estamos focando e reestruturando nossa estrutura de backoffice e processos, com foco em redução de despesas recorrentes e ganhos em produtividade, para tornar a Companhia mais competitiva e competitiva.

Na busca pela constante inovação que permeou a história da Pernambucanas ao longo dos últimos 117 anos, a criação da nova marca corporativa (Grupo Pernambucanas), materializa um propósito e valores renovados, que orientam a atuação do Grupo e fortalecem o relacionamento com seus públicos estratégicos, especialmente stakeholders institucionais como colaboradores, investidores e parceiros.

Vendas
Apesar de um ambiente de consumo ainda seletivo e dos desafios decorrentes de condições climáticas e macroeconômicas menos favoráveis no segundo semestre, a Companhia teve uma leve redução na receita líquida no montante R\$ 295.053 (redução de 7,9%) contra o ano anterior, em grande parte explicado pela saída da Companhia do setor de telefonia cuja a venda em 2024 representou R\$ 336.871. O nosso custo de vendas foi reduzido em R\$ 325.734 (15,08%) contra o ano anterior, e consequentemente o lucro bruto melhorou em R\$ 30.681, representando um crescimento de 2% comparado com o ano anterior. O varejador, responsável por 88% da Receita do Varejo, cresceu 5%, com destaque para o primeiro semestre – especialmente no evento de Dia das Mães (matã), que registrou crescimento efetivo de 10% – refletindo coleções bem calibradas e o fortalecimento da relevância da moda na Companhia. Em 2025, observamos uma melhoria consistente do ticket médio (+4,1%), resultado do aumento de peças por roupa (+1,3%) e crescimento do preço médio (2,8%) em função de uma gestão mais assertiva de estoques e consequentemente menor demarcação. O desempenho foi sustentado por categorias estratégicas que reforçam o posicionamento da marca, como Jeans Feminino, Esportivo Feminino e Urbano Feminino, todas com crescimento de dois dígitos, evidenciando a assertividade das decisões de portfólio e a conexão com as preferências do consumidor. Em Cama, Mesa e Banho, o desempenho refletiu um segundo semestre mais desafiador para o varejo, enquanto a categoria de Eletroportelevisões permaneceu pressionada por um ambiente mais desafiador. Por outro lado, o setor de Beleza apresentou forte aceleração ao longo do ano, especialmente no segundo semestre, impulsionado pela iniciativa de transformação que envolveu a revisão do mix, ampliação da área de venda e inclusão de novas categorias, reforçando a crença da Companhia seu potencial de crescimento e diversificação de receita. Ao final do exercício, a Companhia contava com 484 lojas em operação e registrou evolução em indicadores relacionados à qualidade da receita e à execução comercial, em linha com as iniciativas estratégicas conduzidas no período.

Transformação
Ao longo de 2025, o plano de transformação contempla um conjunto integrado de 433 iniciativas, distribuídas entre diferentes áreas da organização e conduzidas de forma coordenada entre as equipes executivas. As iniciativas foram identificadas a partir de análises operacionais, comerciais e financeiras, contemplando oportunidades de melhoria em processos, otimização de custos, evolução do modelo comercial e fortalecimento da experiência do cliente. Consideradas em conjunto, essas iniciativas apresentam potencial agregado estimado superior a R\$ 700.000, refletindo ganhos de produtividade, melhoria de processos e aprimoramento da gestão comercial ao longo dos próximos ciclos operacionais. Mais do que um conjunto de projetos específicos, o plano representa uma evolução do modelo de gestão da Companhia, com foco no fortalecimento da disciplina de execução, na utilização mais intensiva de dados para tomada de decisão e na ampliação da capacidade organizacional de identificar e capturar oportunidades de melhoria.

Governança e metodologia de execução
A implementação do plano de transformação é conduzida por meio de uma metodologia estruturada com apoio de consultoria de gestão de primeira linha sendo liderada pelo núcleo time interno no desenvolvimento e acompanhamento das iniciativas. Cada iniciativa percorre etapas definidas de maturidade, desde a identificação de oportunidades até à implementação e monitoramento dos resultados. De forma geral, o processo contempla:

- Identificação de oportunidades**
Mapeamento estruturado de oportunidades operacionais e comerciais, com estimativas preliminares de impacto e avaliação inicial de viabilidade.
- Análise e estruturação das iniciativas**
Aprofundamento das análises, definição dos planos de ação e identificação dos indicadores de acompanhamento.
- Planejamento para implementação**
Estruturação operacional das iniciativas, incluindo definição de cronogramas, responsáveis e validação pelas áreas executivas.
- Execução e monitoramento**
Implementação das iniciativas e acompanhamento sistemático da evolução das ações e dos resultados obtidos.

A governança do programa é conduzida por um Escritório de Transformação, responsável por consolidar informações, acompanhar a execução das iniciativas e apoiar as áreas na priorização das ações. Essa estrutura permite maior visibilidade sobre o progresso das iniciativas e contribui para assegurar alinhamento contínuo entre as prioridades estratégicas da Companhia e a execução operacional.

Frentes estratégicas de atuação
As iniciativas do plano estão organizadas em frentes de trabalho que refletem os principais vetores operacionais e estratégicos do negócio. Cada frente possui patrocinador executivo e liderança definida, assegurando responsabilidade clara pela condução das iniciativas e integração entre as diferentes áreas da organização. As principais frentes de atuação são:

Comercial
Iniciativas voltadas ao aprimoramento da estratégia comercial, incluindo evolução dos modelos de precificação, gestão de sortimento e fortalecimento da competitividade da proposta de valor da Companhia.

Lojas
Projetos direcionados ao aumento da produtividade das lojas, à melhoria da experiência do cliente e ao aprimoramento dos processos operacionais no ponto de venda.

Cadeia de Abastecimento (CDA)
Ações focadas na otimização do fluxo de mercadorias, na melhoria da gestão de estoques e no desenvolvimento de ferramentas analíticas voltadas ao planejamento de demanda e abastecimento.

Escritório Central (EC)
Iniciativas voltadas à simplificação organizacional, revisão de processos administrativos e melhoria da eficiência operacional das áreas corporativas.

PEFISA - Serviços financeiros
Projetos direcionados ao desenvolvimento e fortalecimento das soluções financeiras integradas ao varejo, ampliando o relacionamento com clientes e contribuindo para a geração de valor no ecossistema da Companhia.

Política e transformação organizacional
Iniciativas voltadas ao fortalecimento da cultura de eficiência, à disciplina de execução e orientação a resultados em toda a organização.

Entre as iniciativas implementadas ao longo de 2025, com maturação prevista ao longo de 2026, destacam-se projetos estruturais voltados à melhoria da eficiência operacional e ao fortalecimento do desempenho econômico do negócio.

Inteligência de demanda e estoque
Implantação de modelos avançados de análise para otimização da distribuição de mercadorias e redução de rupturas nas lojas, com impacto estimado em aproximadamente R\$ 45.000 de EBITDA.

Precificação estratégica
Adoção de modelos analíticos de precificação dinâmica, considerando elasticidade de demanda e papel estratégico dos produtos nas diferentes categorias, com impacto estimado em R\$ 14.000 de EBITDA.

Otimização de relacionamento com Clientes (CRM)
Implementação de metodologia de negociação baseada em análise de custos abertos (cleansheet analysis) e ampliação da base de fornecedores, com impacto estimado em R\$ 38.000 de EBITDA.

Performance de lojas
Programa estruturado para recuperação de unidades com desempenho abaixo do esperado, com impacto estimado em R\$ 16.000 de EBITDA.

Eficiência em custos e despesas
Condução de iniciativas de tecnologia e serviços indiretos, com redução relevante de despesas recorrentes, com impacto estimado em R\$ 39.000 de EBITDA. Adicionalmente, a Companhia mantém mais de 100 iniciativas em fase de desenvolvimento e implementação, com impacto adicional estimado em aproximadamente R\$ 156.000 de EBITDA ao longo do processo de maturação das iniciativas.

Considerando em conjunto, as iniciativas implementadas e em execução já indicam avanços consistentes na eficiência operacional e no expansão dos resultados operacionais, com evolução estimada de aproximadamente R\$ 243.000 no EBITDA ao longo do processo de transformação em 2025. Com uma estratégia ainda mais orientada ao cliente, a Pernambucanas ampliou, ao longo de 2025, seus investimentos e ações de marketing com o objetivo de fortalecer o posicionamento da marca e a presença nos principais pontos de contato com o público. A atuação incluiu campanhas em mídia tradicional, mídia digital, com presença em YouTube, metó, além em estações de ônibus e plataformas de mídia programática. No ambiente digital, a empresa também expandiu sua atuação nas redes sociais, com ingresso nas plataformas Kwai e TikTok.

PEFISA
A controlada PEFISA, responsável pelas soluções financeiras integradas ao varejo do Grupo Pernambucanas e varejistas de outros segmentos, desempenha papel relevante no fortalecimento do relacionamento com clientes e a geração de valor no ecossistema da Companhia.

Ao longo de 2025, a operação financeira atuou em um ambiente macroeconômico igualmente desafiado, marcado por níveis elevados de taxa de juros e volatilidade no mercado de crédito. Nesse contexto, a estratégia adotada priorizou o crescimento gradual e sustentável da carteira, com foco na qualidade dos ativos e no aprimoramento dos mecanismos de controle de risco.

Entre as principais iniciativas implementadas destacam-se:
Aprimoramento das políticas de concessão com incorporação de novas bases de dados, incluindo informações provenientes do Cadastro Positivo e do Sistema de Informações de Crédito (SCR), permitindo maior precisão nas decisões de crédito.

Fortalecimento dos mecanismos de prevenção a fraudes
Implementação de novas ferramentas de controle nos processos de onboarding e nas transações com cartões, contribuindo para aumento das taxas de aprovação e redução de perdas operacionais.

Expansão da proposta de valor ao cliente
Aplicação de programas de benefícios para portadores de cartão auto, incluindo iniciativas de cashback, programas de pontuação e benefícios associados a produtos de serviços, com o objetivo de fortalecer a principalidade dos cartões na relação com os clientes.

Expansão da presença comercial nas lojas
Provisão de capacidade analítica por meio do modelo store-in-store, que tem contribuído para a ampliação da origemação de produtos financeiros, especialmente operações consignadas e empréstimos pessoais.

Aprimoramento dos processos de cobrança e recuperação
Evolução da capacidade analítica por meio da segmentação de estratégias de cobrança, revisão de políticas de negociação e implementação de agentes conversacionais baseados em inteligência artificial nos processos digitais.

Como resultado desse conjunto de iniciativas, a operação financeira apresentou melhoria ao longo do período, refletindo ganhos relevantes de eficiência na gestão e ampliação da carteira de crédito.

NOSSA GENTE E ESG
O compromisso com os colaboradores e a sociedade se traduziu em uma série de iniciativas que impactaram o negócio e a sociedade. Um dos principais destaques foi o fortalecimento da cultura interna orientada à transformação e à inovação. Como parte desse movimento, a empresa promoveu a mudança de sua estrutura organizacional para um novo modelo, concebido para estimular a integração, a colaboração e a troca entre as equipes, além da implantação de novos modelos de trabalho voltados às áreas administrativas, alinhados às melhores práticas de flexibilidade e produtividade.

O ano de 2025 também ficou marcado pelo desenvolvimento das lideranças. O Grupo criou seis novos programas de formação, envolvendo lideranças de nível médio, centro de distribuição e sede administrativa, possibilitando fortalecer ainda mais o elo entre a estratégia e a execução na ponta. Durante esse período, foram totais mais de 200 mil horas de treinamento.

Outro importante frente foi o avanço consistente em nossa agenda de ESG, reforçando o compromisso com o crescimento responsável e inclusivo. O ano foi marcado pela ampliação das iniciativas de impacto social, pela evolução das práticas de governança e pelo fortalecimento da transparência ambiental. A estratégia adotada priorizou o crescimento sustentável e responsável em diversidade e equidade. Atualmente, 60% dos cargos de liderança são ocupados por mulheres e 45% por pessoas negras. Novas parcerias, como a firmada com a Secretaria de Direitos Humanos, ampliam o alcance das iniciativas voltadas à empregabilidade de grupos sub-representados.

Em aspectos ambientais, a Companhia apresentou melhoria em sua gestão de emissões e a marca alcançou a 11ª posição no Índice de Transparência da Moda Brasil, com 52% de transparência, resultado que supera em mais de duas vezes a média do setor.

Esses resultados demonstram uma evolução contínua na integração dos princípios de sustentabilidade à nossa estratégia de negócios e reafirmam o compromisso da Companhia com impacto positivo e desenvolvimento de longo prazo.

São Paulo, 16 de março de 2026
A Diretora

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

ATIVO	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024

Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	124.198	304.227	622.550	926.372	Fornecedores	840.550	841.941	2.747.790	2.663.727
Aplicações financeiras	17.616	-	285.601	178.288	Fornecedores - risco sacado - Bancos	44.804	46.674	44.804	46.674
Contas a receber de clientes	356.633	267.867	3.202.431	3.475.396	Fornecedores - risco sacado - FIDC	46.224	-	-	-
Estoques	424.346	417.295	440.792	444.412	Empréstimos e financiamentos	159.779	256.607	1.366.136	1.343.645
Impostos a recuperar	333.368	200.134	333.368	200.134	Obrigações trabalhistas	184.778	123.844	202.591	140.699
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	12.208	102.440	30.375	157.962	Obrigações fiscais	243.048	173.055	270.205	256.663
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	1.166	-	Instrumentos financeiros derivativos	1.615	-	-	-
Partes relacionadas	199.733	80.133	19.601	33.891	Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.615	-	653	4
Outros créditos	83.555	97.742	326.627	227.014	Passivo de direitos creditórios - FIDC	186.910	203.126	186.910	203.126
Ativos não circulantes mantidos para venda	1.551.656	1.461.004	3.261.346	3.654.615	Cebos de arrendamento	240.556	240.556	240.556	243.817
Total do ativo circulante	647.632	640.018	691.029	640.018	Partes relacionadas	228.616	334.172	228.616	338.891
Ativos não circulantes	1.616.409	1.545.022	3.321.454	3.718.633	Demais contas a pagar	22.162	26.914	145.073	150.306
Total do ativo	3.264.041	3.185.040	4.012.483	4.358.651	Reserva de dividendos	50.688	40.904	20.688	19.904
					Outros créditos	20.041	-	-	-
Passivo e patrimônio líquido					Total passivo circulante	2.249.683	2.290.843	3.247.275	3.093.364
Circulante					Provisão para despesas de natureza financeira por meio do modelo store-in-store	6.092	10	389	389
Fornecedores	840.550	841.941	2.747.790	2.663.727	Empréstimos e financiamentos	-	54.612	1.117.526	1.529.346
Fornecedores - risco sacado - Bancos	44.804	46.674	44.804	46.674	Obrigações fiscais	24.257	2.907	25.336	3.759
Fornecedores - risco sacado - FIDC	46.224	-	-	-	Partes relacionadas	245.118	211.192	259.241	228.172
Empréstimos e financiamentos	159.779	256.607	1.366.136	1.343.645	Demais contas a pagar	22.162	26.914	145.073	150.306
Obrigações trabalhistas	184.778	123.844	202.591	140.699	Reserva de dividendos	50.688	40.904	20.688	19.904
Obrigações fiscais	243.048	173.055	270.205	256.663	Outros créditos	20.041	-	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	1.615	-	-	-	Total passivo não circulante	1.616.409	1.545.022	3.321.454	3.718.633
Imposto de renda e contribuição social a pagar	1.615	-	653	4	Total do passivo e patrimônio líquido	3.264.041	3.185.040	4.012.483	4.358.651
Passivo de direitos creditórios - FIDC	186.910	203.126	186.910	203.126					
Cebos de arrendamento	240.556	240.556	240.556	243.817					
Partes relacionadas	228.616	334.172	228.616	338.891					
Demais contas a pagar	22.162	26.914	145.073	150.306					
Reserva de dividendos	50.688	40.904	20.688	19.904					
Outros créditos	20.041	-	-	-					
Total passivo circulante	2.249.683	2.290.843	3.247.275	3.093.364					
Provisão para despesas de natureza financeira por meio do modelo store-in-store	6.092	10	389	389					
Empréstimos e financiamentos	-	54.612	1.117.526	1.529.346					
Obrigações fiscais	24.257	2.907	25.336	3.759					
Partes relacionadas	245.118	211.192	259.241	228.172					
Demais contas a pagar	22.162	26.914	145.073	150.306					
Reserva de dividendos	50.688	40.904	20.688	19.904					
Outros créditos	20.041	-	-	-					
Total passivo não circulante	1.616.409	1.545.022	3.321.454	3.718.633					
Total do passivo e patrimônio líquido	3.264.041	3.185.040	4.012.483	4.358.651					

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024

Receita líquida de vendas e dos serviços prestados	3.431.563	3.726.616	4.582.685	4.830.051	Recetas	5.048.445	5.303.141	6.077.245	6.116.488
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.833.886)	(1.715.160)	(2.242.369)	(2.282.899)	Vendas de mercadorias, liquidação de cancelamentos e devoluções	4.825.806	5.181.924	4.846.769	5.201.058
Lucro bruto	1.597.677	1.558.886	2.340.316	2.547.152	Produtos e serviços financeiros	49.967	37.030	1.852.528	1.768.584
Despesas gerais e administrativas	(1.185.184)	(1.108.696)	(1.198.405)	(1.319.418)	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	-	-
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(557.142)	(559.281)	(743.093)	(998.164)	Outras receitas operacionais	173.674	84.187	121.041	115.020
Participação nos resultados de controladas	(69.746)	(68.304)	3.634	3.217	Insusos adquiridos de terceiros	(3.036.223)	(3.275.305)	(3.801.101)	(3.892.590)
Outros resultados operacionais líquidos	173.623	84.185	1.610.963	1.512.910	Custo das vendas de mercadorias e serviços prestados	(2.329.928)	(2.495.597)	(2.737.362)	(2.418.172)
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e impostos	(39.929)	(306.200)	(83.285)	(418.203)	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(706.295)	(719.708)	(1.063.219)	(1.174.147)
Receitas financeiras	98.850	192.245	100.477	191.808	Valor adicionado bruto	2.012.222	2.287.836	2.287.836	



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

PERNAMBUCANAS
ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

(...continuação)

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024		2025	2024	2025	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Caixa proveniente das operações				
Prejuízo do exercício	(464.940)	(386.297)	(464.940)	(386.297)	Juros pagos	584.713	856.351	1.062.236	610.837
Ajustes:					Juros pagos de arrendamento	(90.038)	(99.233)	(60.038)	(65.210)
Depreciação e amortização	374.825	374.321	412.593	391.587	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(6.338)
Valor residual das baixas do ativo permanente	4.465	77.072	5.353	175.091	Créditos tributários	-	242.963	-	242.963
Ajustes a valor justo	-	-	-	-	Rendimento de aplicações financeiras	(18.075)	14.313	(107.772)	168.619
Impairment Imóveis provisão (reversão)	-	-	-	(31.042)	Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	353.889	969.275	741.638	805.720
Resultado da equivalência patrimonial	69.746	88.304	(6.334)	(3.217)	Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Avaliação de empréstimos e arrendamentos	239.352	252.636	632.703	559.271	Dividendos recebidos	-	42.998	-	-
Juros e variações monetárias, líquidas	6.196	(13.860)	10.318	(15.603)	Recabimento de empréstimos com partes relacionadas	1.000	42.095	-	-
Juros de cessão de direitos creditórios – FIDC	31.350	13.592	31.350	13.592	Empréstimos concedidos de partes relacionadas	(8.200)	(75.794)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social – corrente	-	-	850	5.117	Ativos (passivos) não circulante mantidos para venda	-	-	-	152.012
Despesa de imposto de renda e contribuição social – diferido	-	(209.832)	(12.577)	(290.475)	Aumento (redução) de capital em controlada	(115.394)	(186.392)	31.443	(5.623)
Provisão para contingência e despesas monetária	44.623	78.925	41.228	80.732	Alienação de investimentos	-	185.168	-	-
Impairment de arrendamento / imobilizado	18.577	51.963	18.579	51.964	Alienação de bens do ativo imobilizado e intangível	-	-	-	110.363
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	-	-	215.932	(54.499)	Aquisição de bens do ativo imobilizado e intangível	(55.934)	(57.495)	(83.063)	(116.924)
Perda esperada com perda de estoque	6.238	1.450	6.238	1.450	Propriedade para investimento	-	-	-	57.840
	330.430	328.174	893.989	501.862	Caixa líquido gerado das (utilizado) nas atividades de investimentos	(178.528)	(49.420)	(51.620)	197.668
Variações de ativos e passivos					Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Contas a receber de clientes	(122.662)	425.899	(247.949)	584.216	Pagamento de arrendamentos	(241.947)	(207.787)	(211.607)	(208.106)
Estoques	(13.286)	130.204	(2.616)	148.557	Pagamento cessão de direitos creditórios – FIDC	(860.776)	(945.446)	(860.776)	(945.446)
Impostos a recuperar	55.720	88.621	36.210	89.410	Recabimento cessão de direitos creditórios – FIDC	847.106	728.728	847.106	728.728
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	90.232	78.749	127.607	103.262	Debiturtes conversíveis em ações – captações	-	67.713	-	67.713
Depósitos judiciais e cauções	15.869	(6.600)	15.869	(6.561)	Captações	134.584	64.827	684.329	455.448
Partes relacionadas	(189.385)	138.683	12.050	-	Captações com partes relacionadas	8.200	42.458	-	-
Receitas diferidas	261.863	(10.572)	146.263	(10.572)	Pagamentos de empréstimos	(272.117)	(464.724)	(1.452.892)	(1.083.207)
Outros créditos	(25.129)	(13.673)	(103.440)	(75.294)	Pagamentos de empréstimos com partes relacionadas	(1.000)	(188.588)	-	-
Fornecedores	42.918	(232.933)	82.193	(323.316)	Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(355.390)	(882.959)	(993.840)	(954.870)
Passivo financeiro	-	-	20.041	-	Aumento (redução) líquido de caixa e de equivalentes de caixa	(180.029)	36.896	(303.822)	48.518
Provisão para demandas judiciais	(10.697)	(7.628)	(10.697)	(516.974)	Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	304.227	267.331	926.372	877.854
Obrigações trabalhistas	61.453	3.661	62.411	7.440	Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	124.198	304.227	622.550	926.372
Obrigações fiscais	91.343	23.787	35.119	9.300	Variação no caixa e equivalentes de caixa	(180.029)	36.896	(303.822)	48.518
Demais contas a pagar	(3.976)	9.979	(4.834)	11.603					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social		Ajuste de avaliação patrimonial		Reservas de lucros		Prejuízos acumulados	Total	Participação dos não controladores		Total do patrimônio líquido		
	Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros	Legal	Retenção de lucros			Total	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Em 31 de dezembro de 2023	830.000	(997)	123.044	550.281	-	1.502.328	-	1.502.328	(375)	-	1.101.953	391.921	
Prejuízo do exercício	-	-	-	(5.623)	-	(386.297)	(386.297)	-	(386.297)	(1)	-	(391.921)	-
Outros resultados abrangentes do exercício – hedge accounting	-	-	1.232	-	-	1.232	-	1.232	-	-	1,232	-	
Outros resultados abrangentes do exercício – impostos diferidos	-	-	(418)	-	-	(418)	-	(418)	-	-	(418)	-	
Utilização da reserva de retenção de lucros	-	-	-	(386.297)	-	(386.297)	(386.297)	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2024	830.000	(183)	123.044	158.361	-	1.111.222	-	1.111.222	(370)	-	1.110.846	391.921	
Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 na Controlada PEFISA	-	-	-	-	-	-	18.866	18.866	-	-	18.866	-	
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(464.940)	(464.940)	1	-	(464.939)	-	
Outros resultados abrangentes do exercício – hedge accounting	-	-	(2.096)	-	-	(2.096)	-	(2.096)	-	-	(2.096)	-	
Outros resultados abrangentes do exercício – impostos diferidos	-	-	712	-	-	712	-	712	-	-	712	-	
Outros resultados abrangentes do exercício – variação cambial	-	-	(369)	-	-	(369)	-	(369)	-	-	(369)	-	
Utilização da reserva de retenção de lucros e legal	-	-	(123.044)	-	-	(123.044)	300.271	-	-	-	-	-	
Em 31 de dezembro de 2025	830.000	(1.935)	-	158.361	-	164.669	663.396	663.396	(375)	-	663.021	391.921	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<p>1. Contexto operacional</p> <p>Arthur Lundgren Tecidos S.A. – Casas Pernambucanas (“Pernambucanas”, “Controladora” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em São Paulo, Capital – Brasil e tem como atividades preponderantes a comercialização de artigos de vestuário masculino, feminino, infantil, esportes e artigos para cama, mesa, banho, tapetes, cortinas e artigos eletroeletrônicos leves, bem como a participação em outras sociedades, prestação de serviços, importação e exportação de produtos e administração de bens imóveis próprios.</p> <p>A Companhia mantém as estruturas de custos corporativas, gerenciais e operacionais com as empresas controladas (conjuntamente referidas como “Grupo” ou “Consolidado”). Os custos relacionados aos negócios do Grupo são reconhecidos em cada uma das entidades por meio de critérios de rateio.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui 484 lojas (31 de dezembro 2024 – 485 lojas).</p> <p>Reforma tributária sobre o consumo</p> <p>Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)) e estadual (PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)), que substituirá o ICMS e ISS.</p> <p>Foi também criado um Imposto Seletivo (IS) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.</p> <p>Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP nº 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.</p> <p>Em 17 de dezembro de 2025, a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tem sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma. A efetivação dessas medidas deverá produzir impacto positivo relevante sobre o CCL da Companhia.</p> <p>Em 17 de dezembro de 2025, a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tem sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma. A efetivação dessas medidas deverá produzir impacto positivo relevante sobre o CCL da Companhia.</p> <p>Haverá um período de transição de 2025 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 da Companhia.</p> <p>Impactos contábeis relacionados às mudanças climáticas</p> <p>Embora, os efeitos das mudanças climáticas representem uma fonte de incerteza, a Administração não considera que haja um impacto material em seus julgamentos e estimativas. A Administração realiza o monitoramento para identificar e endereçar riscos futuros atrelados às mudanças climáticas.</p>	<p>1.2. Relação de entidades que compõem o Grupo</p> <p>As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as operações da Companhia e das seguintes entidades controladas diretas e indiretas (“Grupo”).</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th rowspan="2">Controladas</th> <th colspan="2">2025</th> <th colspan="2">2024</th> </tr> <tr> <th>Direta</th> <th>Indireta</th> <th>Direta</th> <th>Indireta</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”)</td> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>100%</td> <td>100%</td> </tr> <tr> <td>Hotel Jaticá S.A. (“Hotel Jaticá”)</td> <td>99,94%</td> <td>0,02%</td> <td>99,94%</td> <td>0,02%</td> </tr> <tr> <td>Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (“Alinc”)</td> <td>99,99%</td> <td>0,01%</td> <td>99,99%</td> <td>0,01%</td> </tr> <tr> <td>Muricy Sociedade Comercial Ltda. (“Muricy”)</td> <td>99,99%</td> <td>-</td> <td>99,99%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Volte! Intermediações de Negócios Ltda. (“Volte!”)</td> <td>99,98%</td> <td>0,20%</td> <td>99,80%</td> <td>0,20%</td> </tr> <tr> <td>Alinc SPE – Shanghai Consulting Management Co.</td> <td>100,00%</td> <td>90,00%</td> <td>100,00%</td> <td>90,00%</td> </tr> <tr> <td>Justiça Administradora e Serviços Ltda.</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>PEFISA Corretora de Seguros S.A.</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (“Alta Promotora”)</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Alinc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Lundgrenvill S.A. – Investimentos e Participações</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>P-LOG Transportes Ltda.</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Alta Administração Hotelaria S.A.</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Alinc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Alinc SPE – Ourinhos Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Ourinhos”)</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>FIDC – Pernambucanas (Operações de Risco Sacado)</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Fornecedores Fundos de Direitos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada (FIDC Fornecedores)</td> <td>-</td> <td>100%</td> <td>-</td> <td>100%</td> </tr> </tbody> </table> <p>Para proporcionar vantagens competitivas aos seus clientes e ao próprio negócio, a Companhia mantém operações de financiamento e investimento por meio de sua controlada Pernambuco Financiadora S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”), instituição regulada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”).</p> <p>A Companhia atua no ramo hoteleiro por meio da sua controlada Hotel Jaticá S.A., localizada em Macaé, Estado de Alagoas.</p> <p>Em 2023, a Companhia colocou à venda sua operação do ramo hoteleiro, a qual foi avaliada como altamente provável e foi aprovada e assinada em 9 de outubro de 2023. Como resultado desta avaliação, o Hotel Jaticá foi classificado no balanço patrimonial como um ativo não circulante mantido para venda. Em março de 2025, houve renegociação do prazo para conclusão do negócio. A expectativa para conclusão dessa operação é até o final do primeiro semestre de 2025.</p> <p>No ramo de incorporação e construção de imóveis residenciais e comerciais por meio da controlada Arthur Lundgren Investimentos e Incorporação e Administração Ltda. (“ALINC”), bem como suas controladas e sociedades de propósito específico (SPEs) Brooklin e Ourinhos Empreendimentos Imobiliários Ltda. As receitas de vendas, os custos de terrenos e a construção, e as comissões de vendas são aprovadas ao resultado no momento da entrega das chaves que é o momento do cumprimento das obrigações de performance previstas nos contratos com clientes. No momento, as operações da Companhia consistem na venda de seus estoques, uma vez que a Alinc não possui previsão de lançar novos empreendimentos.</p> <p>No âmbito das operações financeiras, a Companhia também realiza operações de cessão de direitos creditórios por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), no qual detém participação relevante. Considerando a natureza dessas operações e a avaliação do controle, os saldos e resultados do FIDC são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, conforme os critérios estabelecidos no CPC 36/IFRS 10.</p> <p>As demonstrações financeiras das entidades controladas são elaboradas de acordo com práticas contábeis consistentes com aquelas adotadas pela Controladora. No caso específico da PEFISA, por se tratar de instituição financeira sujeita à regulamentação do BACEN, foram realizadas as adequações necessárias às normas CPC/IFRS, não tendo sido identificados impactos relevantes para fins de consolidação. Na controlada Alinc, que segue as práticas aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil registradas no Conselho de Valores Mobiliários (CVM) em função do previsto na instrução da CVM nº 476 artigo 17, não houve divergência com as normas CPC/IFRS, conforme Nota 2.3.19.</p>	Controladas	2025		2024		Direta	Indireta	Direta	Indireta	PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”)	100%	100%	100%	100%	Hotel Jaticá S.A. (“Hotel Jaticá”)	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%	Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (“Alinc”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%	Muricy Sociedade Comercial Ltda. (“Muricy”)	99,99%	-	99,99%	-	Volte! Intermediações de Negócios Ltda. (“Volte!”)	99,98%	0,20%	99,80%	0,20%	Alinc SPE – Shanghai Consulting Management Co.	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%	Justiça Administradora e Serviços Ltda.	100%	-	100%	-	PEFISA Corretora de Seguros S.A.	100%	-	100%	-	Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (“Alta Promotora”)	100%	-	100%	-	Alinc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)	100%	-	100%	-	Lundgrenvill S.A. – Investimentos e Participações	100%	-	100%	-	P-LOG Transportes Ltda.	100%	-	100%	-	Alta Administração Hotelaria S.A.	100%	-	100%	-	Alinc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)	100%	-	100%	-	Alinc SPE – Ourinhos Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Ourinhos”)	100%	-	100%	-	FIDC – Pernambucanas (Operações de Risco Sacado)	100%	-	100%	-	Fornecedores Fundos de Direitos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada (FIDC Fornecedores)	-	100%	-	100%
Controladas	2025		2024																																																																																												
	Direta	Indireta	Direta	Indireta																																																																																											
PEFISA S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento (“PEFISA”)	100%	100%	100%	100%																																																																																											
Hotel Jaticá S.A. (“Hotel Jaticá”)	99,94%	0,02%	99,94%	0,02%																																																																																											
Arthur Lundgren Investimentos, Incorporação e Administração Ltda. (“Alinc”)	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%																																																																																											
Muricy Sociedade Comercial Ltda. (“Muricy”)	99,99%	-	99,99%	-																																																																																											
Volte! Intermediações de Negócios Ltda. (“Volte!”)	99,98%	0,20%	99,80%	0,20%																																																																																											
Alinc SPE – Shanghai Consulting Management Co.	100,00%	90,00%	100,00%	90,00%																																																																																											
Justiça Administradora e Serviços Ltda.	100%	-	100%	-																																																																																											
PEFISA Corretora de Seguros S.A.	100%	-	100%	-																																																																																											
Pernambucanas Administradora e Promotora de Vendas e Serviços Ltda. (“Alta Promotora”)	100%	-	100%	-																																																																																											
Alinc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)	100%	-	100%	-																																																																																											
Lundgrenvill S.A. – Investimentos e Participações	100%	-	100%	-																																																																																											
P-LOG Transportes Ltda.	100%	-	100%	-																																																																																											
Alta Administração Hotelaria S.A.	100%	-	100%	-																																																																																											
Alinc SPE – Brooklin Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Brooklin”)	100%	-	100%	-																																																																																											
Alinc SPE – Ourinhos Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“SPE Ourinhos”)	100%	-	100%	-																																																																																											
FIDC – Pernambucanas (Operações de Risco Sacado)	100%	-	100%	-																																																																																											
Fornecedores Fundos de Direitos Creditórios Comerciais de Responsabilidade Limitada (FIDC Fornecedores)	-	100%	-	100%																																																																																											
<p>1.1. Plano de ação da Administração para os próximos exercícios</p> <p>Em 31 de dezembro de 2025, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam prejuízo no exercício no montante de R\$ 464.940 (2024 – Prejuízo de R\$ 386.297) e capital circulante líquido negativo na Controladora, no montante de R\$ 696.027 (dezembro de 2024 – R\$ 809.839). No Consolidado, apresentando um capital circulante líquido positivo no montante de R\$ 14.070 (31 de dezembro 2024 – positivo R\$ 561.251).</p> <p>A Companhia vem executando um plano estruturado com o objetivo de reverter a posição de Capital Circulante Líquido (“CCL”) negativo, no âmbito de sua estratégia de transformação para os próximos exercícios. No exercício findo em 2025, já se observa evolução positiva na Controladora, com crescimento de 14% no CCL em relação ao exercício anterior, refletindo os efeitos iniciais das medidas implementadas.</p> <p>Adicionalmente, a Administração identificou oportunidades para liquidação de passivos tributários ao longo do exercício de 2026 no montante estimado de R\$ 140.000. A efetivação dessas medidas deverá produzir impacto positivo relevante sobre o CCL da Companhia.</p> <p>No Consolidado, a variação do CCL decorre substancialmente das operações da controlada PEFISA, cuja dinâmica operacional envolveu a concentração de vencimentos financeiros, especialmente no primeiro semestre de 2025. Tais efeitos são inerentes ao modelo de negócios daquela controlada e deverão ser mitigados pela recomposição de caixa prevista por meio de captações financeiras programadas ao longo do exercício de 2026.</p> <p>A Administração monitora continuamente a estrutura de capital e a liquidez do Grupo, avaliando a suficiência dos recursos disponíveis e das fontes de financiamento controladas e planejadas para suportar suas obrigações de curto prazo e a continuidade operacional.</p> <p>A Companhia, com 17 anos de atuação no setor varejista, está conduzindo uma ampla transformação estrutural com o objetivo de fortalecer sua posição competitiva e promover melhoria estrutural e sustentável dos resultados operacionais e financeiros.</p> <p>A transformação tem como foco a captura de impactos e oportunidades não recorrentes, assegurando expansão consistente de resultado e sustentabilidade no longo prazo. Os principais direcionadores estratégicos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> Expansão do EBITDA, por meio de maior inteligência nas decisões comerciais e na gestão de vendas, incluindo definição de coleções, alocação de produtos, otimização de preços e promoções, priorização de lojas com maior potencial e melhoria do mix de produtos. Otimização de processos e redução de custos, com revisão estrutural de processos, racionalização de recursos financeiros e de tecnologia da informação, além da implementação de soluções de analítica avançada, inteligência artificial e automação. Fortalecimento da experiência do cliente, garantindo jornada integrada e consistente em todos os canais, com maior agilidade na resposta às dinâmicas de mercado. <p>A execução é conduzida de forma estruturada por um Escritório de Transformação, cuja liderança integra o nível executivo máximo da Companhia, reforçando a prioridade estratégica do programa.</p> <p>A metodologia de implementação está organizada em três fases:</p> <ol style="list-style-type: none"> Identificação de potencial: diagnóstico detalhado das oportunidades, validação e aprovação do business case, incluindo estimativa de impacto total em regime de estabilização e respectiva calendarização até a maturação. Planejamento e estruturação: definição de planos de ação, metas e responsabilidades claras. Implementação e monitoramento: acompanhamento sistemático pelo Escritório de Transformação, em conjunto com a área financeira, com monitoramento mensal da captura e sustentabilidade dos impactos projetados. <p>Atualmente, a Companhia conta com 433 iniciativas ativas, distribuídas em sete frentes: Comercial, Lojas, Centro de Distribuição, Escritório Central, PEFISA, Jornada do Cliente e Cultura.</p> <p>No exercício de 2025, foram implementadas 216 iniciativas, lideradas por 135 responsáveis, gerando impacto recorrente estimado superior a R\$ 700 milhões em regime de estabilização. Deste total, 57 iniciativas, equivalentes a R\$ 79 milhões de impacto recorrente, já atingiram estabilidade plena, com efeito integral esperado no resultado de 2026, e o restante das iniciativas implementadas atingirá o impacto máximo ao longo de 2026 alinhado com sua curva de maturação.</p> <p>Entre as principais iniciativas implementadas em 2025, com maturação prevista ao longo de 2026, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> Inteligência de Demanda e Estoque: implantação de modelo avançado de analítica para otimização de distribuição e redução de rupturas. EBITDA projetado de R\$ 45 milhões; Preificação Estratégica: adoção de modelo de preificação dinâmica com base em elasticidade e papel estratégico dos produtos. EBITDA projetado de R\$ 14 milhões; Otimização de Fornecimento: implementação de metodologia de negociação com análise de custos abertos (cleansheet analysis) e ampliação da base de fornecedores. EBITDA projetado de R\$ 38 milhões; Gestão de Relacionamento com o Cliente (CRM): lançamento de nova plataforma para automação de campanhas, personalização de comunicação e aumento de frequência de compra. EBITDA projetado de R\$ 11 milhões; Performance de Lojas: programa estruturado para recuperação de vendas com desempenho abaixo do esperado. EBITDA projetado de R\$ 16 milhões; Eficiência em Custos e Despesas: renegociação de contratos de tecnologia e serviços indiretos, com redução relevante de despesas recorrentes. EBITDA projetado de R\$ 39 milhões. <p>Os resultados já observados indicam avanços consistentes na eficiência operacional e expansão do EBITDA.</p> <p>Para 2026, a Companhia dará continuidade à maturação das iniciativas implementadas e à ampliação do pipeline de projetos. Atualmente, mais de 100 iniciativas encontram-se em fase de desenvolvimento e implementação, com impacto adicional a 2025, capturado em EBITDA de R\$ 156 milhões. Os resultados já observados indicam avanços consistentes na eficiência operacional e na expansão do EBITDA, com crescimento de aproximadamente R\$ 273 milhões.</p> <p>A Administração mantém o compromisso com a disciplina na execução, geração de valor e fortalecimento sustentável do negócio.</p>	<p>2. Base de preparação e declaração de conformidade</p> <p>As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis em todos os saldos e resultados, com exceções e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelos órgãos reguladores competentes, e estão em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro atualmente denominadas “normas contábeis” (IFRS® Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).</p> <p>A Administração declara que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme os critérios estabelecidos no CPC 36/IFRS 10, estão sendo evidenciadas, e que as demonstrações financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, bem como o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios apresentados.</p> <p>A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, foi elaborada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração de Valor Adicionado.</p> <p>A sua apresentação decorre da emissão de títulos de dívida pela Companhia no mercado de capitais, o que a sujeita às disposições aplicáveis às companhias emissoras de valores mobiliários, nos termos da Resolução CVM nº 160. Dessa forma, a Companhia passou a ser registrada perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) exclusivamente em razão dessas captações, não se caracterizando como companhia aberta para fins de negociação de ações.</p> <p>As IFRS Accounting Standards emitidas pelo IASB não requerem a apresentação da DVA, assim, essa demonstração está sendo apresentada como informação suplementar, para atendimento à regulamentação brasileira, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.</p> <p>A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2026.</p>																																																																																														
<p>2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação</p> <p>Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Pernambuco e suas controladas. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.</p>	<p>2.2. Base de mensuração</p> <p>As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:</p> <ul style="list-style-type: none"> Instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo; Os ativos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo; As propriedades para investimento que são mensuradas pelo valor justo nas controladas. No consolidado, para os imóveis que são alugados para a Controladora, são revertidos os ajustes para retornar ao custo atenuado; Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. <p>Nas demonstrações financeiras individuais da Controladora, o resultado das operações controladas é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e, por esse motivo as demonstrações financeiras, formam um único conjunto de informações e estão sendo apresentadas lado a lado, não havendo diferença entre o patrimônio líquido e o resultado individual e consolidado.</p>																																																																																														
<p>2.3. Políticas contábeis materiais</p> <p>As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas práticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios e períodos apresentados.</p>	<p>2.3.1. Consolidação</p> <p>Controladas sob todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais de 50% que metade dos direitos de voto (capital votante). Para detalhes sobre as participações nas controladas, veja Nota 1.1. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma</p>																																																																																														



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90



(...continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando o indicado de outra forma)

2.3.3. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados. O passivo relacionado é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Companhia também mantém provisões baseadas em ações (stock options) classificado como pagamento baseado em ações com liquidação em instrumentos patrimoniais, em conformidade com o CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações.

2.3.4. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros (exceto para a controlada PEFSIA, para a qual as receitas de juros são classificadas como receitas operacionais, em razão da natureza de suas atividades);
- Despesa de juros;
- Receita com descontos obtidos em negociações comerciais;
- Receita de ajuste a valor presente das contas a receber;
- Despesa de ajuste a valor presente do passivo financeiro;
- Despesa de juros com arrendamento. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro, ou
- Ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.3.5. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa do imposto social, limitada a 30% do lucro fiscal do exercício em questão, sendo calculado individualmente para cada entidade do Grupo, conforme aplicável. Na controlada PEFSIA, a alíquota da contribuição social sobre o lucro tributável é de 15% e do imposto de renda é de 25%.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e a contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se os critérios estabelecidos pelo CPC 32 forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas

Ativos e passivos fiscais diferidos são as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos contratos de locação e de suas subsidiárias individuais.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e refletem a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos, respectivamente.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se os critérios estabelecidos pelo CPC 32 forem atendidos.

Incertezas tributárias do imposto de renda

A interpretação Técnica CPC 22 – Incerteza sobre o Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 – Uncertainty Over Income Tax Treatments), requer que a incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro sejam avaliadas quando do reconhecimento e mensuração dessas tributas. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicado a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade fiscal aceitará o tratamento adotado pela entidade, no seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12 com base no lucro tributável (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas bases fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nessa interpretação).

2.3.6. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo é determinado pelo método de custo médio. O valor líquido líquido é determinado para o custo normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. A provisão para perdas nos estoques é constituída com base em histórico de perdas apuradas no processo de inventário físico dos estoques das lojas e centrais de distribuição e por preços líquidos de venda abaixo do custo, ocasionado por liquidações, trocas de estação ou equívocos defeitos decorrentes de manuseio das mercadorias.

2.3.7. Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos não circulantes (ou grupos de ativos e passivos) são classificados como mantidos para venda quando seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de venda e não pelo uso contínuo. Essa condição é considerada atendida quando:

- Os ativos estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais;
- A venda é altamente provável e deverá ocorrer no prazo de até 12 meses após a data da classificação.

Quando classificados como mantidos para venda, a Companhia classifica os ativos em um grupo distinto e segregado do ativo circulante e do ativo não circulante denominado ativos não circulantes mantidos para venda. Nas demonstrações do resultado e do fluxo de caixa, os saldos relacionados com as referidas operações são apresentados em rubricas segregadas das informações contábeis relativas às operações contínuas, e são mensurados ao menor valor entre o valor contábil residual e o valor justo menos as despesas para a venda do ativo.

2.3.8. Imobilizado

Reconhecimento

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em conta o tempo da vida útil econômica estimada dos bens. A Companhia adota como procedimento o teste de imobilizado para verificação de possíveis perdas. A Companhia efetua, periodicamente, revisões do prazo de vida útil econômica dos seus bens de ativo imobilizado.

Custos subsequentes

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos para a entidade e o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As melhorias em imóveis de terceiros, compreendidas, substancialmente, por reformas e adaptações dos imóveis alugados para atender às operações da Companhia que, em sua grande maioria, serão revertidas aos proprietários dos imóveis ao final do contrato de locação, são amortizadas de acordo com o prazo de validade dos contratos de locação. Nas operações de renovação de contrato de locação, os custos de renovação por mais de um período por parte do proprietário do imóvel e que os custos com a renovação não sejam significativos em relação ao total, a Administração da Companhia considerou o prazo de amortização pelo período total do contrato incluindo suas renovações.

As vistas aéreas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativos:	Período em anos
Edifícios	40 - 50 anos
Beneficiários em imóveis de terceiros	5 - 10 anos
Móveis e utensílios	5 - 10 anos
Instalações	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos	5 - 10 anos

2.3.9. Ativos intangíveis

As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil restante de cinco anos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis a um determinado projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando e após testes de critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável conduzir o software para que ele esteja disponível para uso;
- A Administração pretende concluir o software e usá-lo;
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros;
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para conduzir o desenvolvimento e para utilizar o software; e
- Os gastos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança;

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento do software. Ganhos de desenvolvimento, que não atendam ao critério de custos diretamente atribuíveis no desenvolvimento de softwares, são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

2.3.10. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento, principalmente lojas e centro de distribuição, são mantidas para rendimentos de aluguel e não são ocupadas pelo Grupo nas suas próprias operações. São inicialmente mensuradas pelo custo e subsequentemente ao valor justo. Mudanças no valor justo são apresentadas na demonstração do resultado como "Outros resultados operacionais, líquidos".

Os imóveis que estão em propriedades para investimentos e são alugados pelo Grupo para uso em suas operações, são tratados no consolidado pelo custo histórico. Portanto, PPI (Propriedades para Investimento) nas demonstrações financeiras individuais, são reconhecidas ao valor justo, e no Consolidado, pelo custo histórico, com base no custo.

Anualmente, a Companhia contrata avaliadores externos, independentes e qualificados, para determinar o valor justo das propriedades para investimento. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil residual contabilizado do bem), são reconhecidos no resultado na rubrica de "Outros resultados operacionais, líquidos".

Valor Justo das propriedades para investimento

As propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de curto e médio prazo ou a aquisição do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Ganhos de desenvolvimento que são atribuíveis ao ativo imobilizado são adicionados ao custo das receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

Os principais dados utilizados pela Companhia na avaliação do valor justo, tais como taxas de desconto, rendimentos terminais, taxas de vacância esperadas e taxas de crescimento de aluguel são estimadas pelos avaliadores independentes com base em transações comparáveis e dados do setor.

2.3.11. Arrendamentos

No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controle do Grupo para o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. No início, ou na modificação de um contrato que contém um arrendamento, o Grupo avalia se a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor presente da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do período do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, se e quando for apropriado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reavaliado por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remunerações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontado pela taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário e utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante, e recursos necessários para obter o ativo com o mesmo risco de crédito em um ambiente econômico similar (taxa incremental nominal de financiamento).

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário exercer razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Renovação dos contratos de aluguel

É política da Companhia iniciar o processo de renovação contratual com antecedência mínima de doze meses em relação ao termo final da vigência do contrato.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

O Grupo optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

2.3.12. Deterioração de ativos não financeiros - Impairment

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por recuperação de ativo não financeiro é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação da recuperação, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

2.3.13. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos e com um risco insignificante de mudança de valor. A Companhia não tem caixa ou equivalente de caixa restritos que compõem o saldo da conta.

2.3.14. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação, que corresponde à data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados no valor justo por meio de resultado são registrados pelo valor justo, sendo os respectivos custos da transação reconhecidos diretamente no resultado. Os demais ativos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber os fluxos de caixa contratuais expiram ou quando tais direitos são transferidos, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado são contabilizados pelo valor justo e os ativos são avaliados a menos de custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

As debênturas foram inicialmente reconhecidas pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis à sua emissão. Após o reconhecimento inicial, são mensuradas pelo custo amortizado, de acordo com as condições da escritura de emissão, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. O encargo no custo amortizado, sobre os custos da transação, são reconhecidos no resultado do período em que incorrem.

Obrigações de redução ao valor recuperável e outros ativos de perdas decorrentes de variações no valor justo por meio de resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas (despesas) financeiras, líquidas" no período em que ocorrem.

Na data do balanço, a Companhia avalia a evidência objetiva de perda associada a um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou instrumento de dívida, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio de resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e, neste caso, todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação patrimonial subsequente.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio de resultado. No reconhecimento inicial, o Grupo pode designar a forma inicial de redução ao valor recuperável e outras formas atenuadas aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes como ao valor justo por meio do resultado se isso eliminar ou reduzir significativamente um descausamento contábil que de outra forma surgiria.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados, e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial, quando há um direito legalmente aplicável de compensação e os fluxos de caixa reconhecidos e há uma intenção de liquidar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

Os ativos financeiros, exceto aqueles alocados a valor justo no resultado, são avaliados por indicadores de impairment na data do balanço. Os ativos financeiros não são considerados deteriorados quando há evidência que, como resultado de um ou mais eventos ocorridos após seu reconhecimento inicial, os fluxos de caixa futuros estimados do investimento foram impactados. Evidência objetiva de impairment poderia incluir, dentre outros:

- Dificuldades financeiras do devedor em emitir ou contrapor;
- Inadimplência ou mora no pagamento de juros ou do principal; e
- Quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial.

Para os ativos financeiros registrados pelo valor de custo amortizado, o valor do impairment corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada à taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por impairment para todos os ativos financeiros.

Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber

A Companhia tem por prática o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável de contas a receber, considerando o risco ou a probabilidade de que ocorra uma perda de crédito ao refletir sobre o que essa perda ocorre e sobre a possibilidade de que não ocorra, mesmo se a possibilidade de ocorrência de perda de crédito for muito baixa.

Mensuração da perda esperada

Os custos das perdas esperadas requer aplicação de premissas significativas, o cálculo é baseado na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo. O cálculo da perda esperada considera a perda de crédito esperada considerando, entre outros elementos, a existência de evidência objetiva de perda no valor recuperável dos créditos, bem como a deterioração do risco de crédito e a classificação dos créditos em diferentes categorias de risco de crédito.

Estágio 1 - Quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ou temos em conta os instrumentos financeiros que não tenham deteriorado significativamente sua qualidade de crédito desde o reconhecimento inicial. Nesse estágio, também são incluídas operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2 - Quando o instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origemação, registra-se uma penalização na provisão maior que no estágio 1. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3 - Instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mais o custo de redução ao valor recuperável e outros custos associados ao processo de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mais o custo de redução ao valor recuperável e outros custos associados ao processo de recuperação. Registra-se uma provisão para toda a vida da operação, mais o custo de redução ao valor recuperável e outros custos associados ao processo de recuperação.

O cálculo da perda esperada envolve a utilização de várias premissas, considerando fatores internos e externos, tais como: qualidade do crédito, concentração e fatores econômicos.

A classificação de instrumentos financeiros é realizada de acordo com o modelo de negócios que refletem sua objetivo para com o instrumento, valores e fluxos de caixa contratuais prevailing-primeiro pagamento de principal e juros.

Parâmetros de risco de crédito

Para determinar o valor de perda esperada, avalia-se primeiro se existe evidência objetiva de perda no valor recuperável coletivamente para ativos financeiros que não sejam significativos individualmente. Para medir esta perda, separa-se os ativos financeiros em grupos, levando em consideração as características e similaridades de risco de crédito, ou seja, de acordo com o segmento, tipo de ativos e outros fatores associados à experiência histórica de redução ao valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. A perda por redução ao valor recuperável é calculada usando modelos estatísticos que levam em consideração os seguintes fatores:

- **Exposição à inadimplência ("Exposure at default" – EAD):** é a quantidade de uma transação exposta ao risco de crédito, incluindo a proporção da exposição atual do saldo em aberto que poderia ser fornecida na data futura da inadimplência.
- **Probabilidade de inadimplência ("Probability of default" – PD):** é a probabilidade de uma contraparte não cumprir sua obrigação de pagar o principal e/ou juros.
- **Loss Given Default ("Loss given default" – LGD):** é a estimativa de perda originada no caso de uma inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Taxa de desconto

É a taxa aplicada aos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do ativo, e que é igual ao valor presente líquido do instrumento financeiro pelo seu valor contábil.

Visão Forward Looking

Para a incorporação de informação prospectiva que possa referir a cálculo, são incluídas variáveis macroeconômicas em critérios e cálculo, sob condições de não reconhecimento inicial pelo valor justo na data de celebração do contrato de derivativos, subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica de receitas ou despesas financeiras, ou no patrimônio líquido, quando relacionadas a instrumentos formalmente designados e qualificados para contabilidade de hedge em conformidade com a regulamentação aplicável.

Definição de inadimplência

A Companhia considera que um ativo financeiro está em situação de inadimplência quando é provável que o devedor não pagará integralmente suas obrigações de crédito.

As perdas esperadas associadas ao risco de crédito da Companhia são contabilizadas pelo custo amortizado e são mensuradas como sendo a diferença entre o valor líquido dos ativos financeiros e o valor presente. Tais valores de caixa estimados, descontados pelas taxas de juros efetivas originais dos ativos e que não são cotados em um mercado ativo (e a existência de vendas não supõe uma inconsistência com o modelo de negócio se são pontuais ou pouco significativas).

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativo ou passivo circulante quando destinados à negociação e apresentados na rubrica de "Operações com derivativos".

Os derivativos designados como instrumentos de hedge são classificados como ativo ou passivo circulante ou não circulante, de acordo com o prazo remanescente de realização do item objeto de hedge. São classificados como não circulante, quando o vencimento do item protegido for superior a 12 meses; e como circulante, quando o vencimento do item protegido for igual ou inferior a 12 meses.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data de celebração do contrato de derivativos, subsequentemente mensurados ao valor justo. As variações no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício, na rubrica de receitas ou despesas financeiras, ou no patrimônio líquido, quando relacionadas a instrumentos formalmente designados e qualificados para contabilidade de hedge em conformidade com a regulamentação aplicável.

Contabilidade de hedge

Os instrumentos financeiros derivativos (IFRS 9 – Financial Instruments), a Companhia adota a contabilidade de hedge de fluxo de caixa para determinadas transações financeiras altamente prospectivas, designando financeiro derivativo do tipo swap com instrumento de hedge. Na data-base das demonstrações financeiras, a Companhia aplica um instrumento de swap vinculado à Décima de Crédito Bancário 413, designado formalmente em seu programa de hedge, com o objetivo de mitigar a exposição à variação cambial decorrente de operações denominadas em dólar americano (USD).

Os instrumentos de swaps contratados pela Companhia são considerados operações casadas, diretamente vinculadas às respectivas operações de financiamentos, de forma que o risco objeto do hedge é consistente com o risco econômico do item protegido.

A Companhia designa em seu programa de hedge o elemento swap na taxa do câmbio líquido. A avaliação de ajuste justo correspondente aos pontos de equilíbrio (breakpoints) dos contratos de swap também é reconhecida no patrimônio líquido, com conta específica de ajustes de avaliação patrimonial, compondo o custo do hedge.

As variações no valor justo dos instrumentos financeiros designados no hedge são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica de ajustes de abertura para o valor líquido dos ativos financeiros e o valor presente. Tais valores de caixa estimados, descontados pelas taxas de juros da realização do item objeto de hedge, em linha com o reconhecimento dos fluxos protegidos.

A Companhia avalia, de forma prospectiva e retrospectiva, a efetividade de seu programa de hedge através de testes de efetividade dentro dos critérios estabelecidos nos referidos pronunciamentos contábeis, por meio de comparação entre as variações do justo valor do instrumento de hedge e as variações do objeto de hedge. Eventuais parcelas indefinidas são reconhecidas diretamente no resultado financeiro.

As movimentações decorrentes da contabilidade de hedge são reconhecidas na apuração dos resultados abrangentes dos exercícios.



ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. - CASAS PERNAMBUCANAS

PERNAMBUCANAS

ARTHUR LUNDGREN TECIDOS S.A. SP

C.N.P.J. 61.099.834/0001-90

(continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.3.15. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias, prestação de serviços ou venda de serviços financeiros registrados no decorrer normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos são classificadas no ativo circulante, caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, menos a provisão para perda por inadimplência de valor recuperável de contas a receber.

Cessão de direitos creditórios

A Companhia utiliza a cessão de recebíveis a Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) como uma ferramenta para gerir seu fluxo de caixa mediante negociação dos seus recebíveis com cartões de crédito.

A mensuração inicial dos direitos creditórios é realizada ao valor justo na data da aquisição, e posteriormente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. São reconhecidas receitas financeiras à medida que os juros incidem, com base na taxa interna de retorno dos ativos adquiridos.

Em conformidade com os critérios de controle estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis, a Companhia que originalmente avalia sua relação com o FIDC para delimitar se existe:

- poder sobre os ativos relevantes do fundo;
- exposição ou direitos a retornos variáveis decorrentes de sua participação; e
- a capacidade de utilizar seu poder para afetar esses retornos.

A Companhia avalia sua relação com o FIDC e, embora detenha a totalidade das cotas subordinadas do FIDC, portanto, esteja exposta substancialmente aos riscos e benefícios associados a essas cotas, tal exposição, por si só, não é suficiente para caracterizar controle. A Companhia não detém poder sobre as atividades relevantes do FIDC, as quais são exercidas independentemente pelo administrador e gestor do fundo, conforme regulamento próprio, nem detém direitos que permitam remover o gestor ou o tomador de decisões do FIDC (kick-out rights without cause). Assim, o FIDC não atende aos critérios de consolidação previstos no referido pronunciamento e, portanto, não é consolidado nas demonstrações financeiras.

No reconhecimento inicial da operação, a Companhia transfere os direitos creditórios ao FIDC e recebe os registros financeiros correspondentes, reconhecendo um passivo financeiro em contrapartida ao caixa recebido, mantendo os valores dos recebíveis reconhecidos na rubrica de contas a receber. Subsequentemente, à medida que ocorrem os recebimentos dos créditos pelos devedores originais, os valores são liquidados junto ao FIDC, sendo reconhecido a taxa do passivo financeiro correspondente, em contrapartida ao saldo de caixa a receber.

2.3.16. Ajuste a valor presente

O valor presente é calculado com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A aferida taxa é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. As operações de compra e venda de ativos a prazo foram trazidas ao seu valor presente utilizando-se uma taxa equivalente à taxa livre de risco acessada do risco da indústria. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2025 é de 14,2% ao mês (31 de dezembro de 2024 - 1,43% ao mês).

2.3.17. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, tais obrigações são normalmente reconhecidas ao valor nominal à data correspondente.

2.3.17.1. Confirming (risco sacado)

A Companhia mantém operações de risco sacado como instrumento pontual de apoio à gestão financeira de seus fornecedores comerciais, sem alteração das condições comerciais originalmente pactuadas nas transações de fomento por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC).

Nessas operações, os fornecedores podem optar pela antecipação de seus recebíveis junto a instituições financeiras, utilizando linhas de crédito próprias ou linhas disponibilizadas no âmbito de convênios estruturados pela Companhia, conforme acordos firmados com instituições financeiras, plataformas e agências financeiras.

Adesão às operações é facultativa aos fornecedores e decorre de decisão exclusiva destes. Os pagamentos devidos pela Companhia permanecem nos prazos originalmente acordados, não havendo modificação de prazos, prazos ou demais condições convencionais das transações subjacentes. A Companhia não contrata financiamento, não renuncia as instituições financeiras e não assume encargos financeiros relacionados à antecipação realizada pelos fornecedores.

Determinadas estruturas de risco sacado podem contemplar mecanismos de mitigação de risco, incluindo, conforme aplicável, a cessão fiduciária de direitos creditórios, transfer de domínio bancário, contas vinculadas (escrow), agentes de cobrança e garantia e instrumentos de limite de crédito, nos termos dos respectivos acordos comerciais. Tais mecanismos têm como finalidade assegurar o cumprimento das obrigações comerciais e não caracterizam novação, não alteram a essência econômica das transações nem resultam na reclassificação das obrigações como endividamento financeiro.

Dessa forma, as obrigações permanecem registradas como fornecedores, uma vez que não há modificação substancial das condições comerciais nem assunção, pela Companhia, de riscos financeiros distintos daqueles inerentes às operações comerciais usuais.

2.3.17.2. FIDC de fornecedores

Em dezembro de 2025, a Companhia passa a integrar estrutura de financiamento a fornecedores por meio de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), constituído nos termos da regulamentação aplicável.

Nessas operações, os fornecedores realizam a cessão de seus direitos creditórios comerciais ao FIDC, recebendo antecipadamente os valores correspondentes, enquanto a Companhia permanece responsável pelo pagamento das obrigações nos prazos originalmente pactuados com os fornecedores. A operação não implica alteração das condições comerciais, tampouco novação das obrigações, e não resulta na contratação de financiamento pela Companhia. A Companhia figura como devedora dos direitos creditórios cedidos, mantendo a obrigação de pagamento conforme os vencimentos originalmente acordados.

A estrutura do FIDC pode contemplar mecanismos de mitigação de risco, incluindo, conforme aplicável, cessão fiduciária de direitos creditórios, contas vinculadas, agentes de garantia e instituições depositárias, nos termos dos instrumentos contratuais específicos. Considerando a substância econômica da operação, as obrigações decorrentes dessas transações permanecem registradas como fornecedores, uma vez que não há modificação substancial das condições comerciais nem assunção, pela Companhia, de encargos financeiros adicionais.

2.3.18. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando há uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, é provável que recursos sejam exigidos para liquidar essa obrigação e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes consistentes suficientes pela Administração para cobrir os possíveis resultados, sendo atualizadas às datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia.

2.3.19. Reconhecimento de receita

A receita da Companhia é reconhecida quando os seguintes critérios são atingidos: (i) Identificação do contrato com o cliente; (ii) Identificação das obrigações de desempenho no contrato; (iii) Determinação do preço das transações; (iv) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; (v) Reconhecimento da receita, quando cumpridas as obrigações de desempenho. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos, e no caso das demonstrações financeiras consolidadas também estão líquidas das eliminações de vendas, entre as empresas do Grupo. Para as receitas, cujo recebimento se dará a prazo ou parcelado, a Companhia procede com o seu reconhecimento pelo valor presente.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização.

(a) Venda de produtos - Varejo

A Companhia opera com pontos de varejo para a comercialização de suas mercadorias. A receita de vendas de mercadorias e o correspondente custo das mercadorias vendidas são reconhecidos quando da efetiva entrega da mercadoria ao cliente (módulo "cash and carry"). As vendas no varejo são, geralmente, realizadas em dinheiro ou por meio de cartão de crédito ou débito.

A receita oriunda das vendas das lojas físicas e do e-commerce é reconhecida após o seu faturamento, entrega e aceite das mercadorias por parte dos clientes, que é quando os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos.

Para contratos que permitem ao cliente devolver as mercadorias, a receita é reconhecida na medida em que seja altamente provável que uma reversão significativa do valor da receita acumulada reconhecida não ocorrerá. Portanto, o valor da receita reconhecida é ajustado para as devoluções esperadas, que são estimadas com base nos dados históricos para tipos específicos de mercadorias. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar as mercadorias a serem devolvidas é mensurado ao custo original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques. A Companhia reavalia sua expectativa de devoluções na data do balanço, atualizando os valores do ativo e do passivo.

(b) Vendas de serviços financeiros

A controlada PEFISA vende serviços de produtos financeiros e recebe pela intermediação da venda de seguros, garantia estendida e outros, os quais são reconhecidos no resultado da Companhia no mesmo momento em que ocorre a prestação do serviço.

A PEFISA realiza operações de crédito próprio, seguros, empréstimos pessoais e financiamento de vendas por instituições financeiras, dos quais o Grupo é intermediador. O resultado das operações é apropriado ao resultado considerando a taxa efetiva de juros, ao longo da vigência dos contratos.

(c) Receita de incorporação imobiliária

As receitas de vendas, os custos de terrenos e a construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado no momento da entrega das chaves que é o momento do cumprimento das obrigações de performance do contrato. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve receitas oriundas de incorporação, uma vez que as incorporações finalizaram em 2023. As receitas reconhecidas em resultado nos exercícios de 2023 e 2024 são referentes às vendas das unidades que estão em estoque disponíveis para venda.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um contrato a receber, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do instrumento.

2.3.20. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Com base no Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito a dividendos por ação, em cada exercício, em cada exercício, um dividendo mínimo de 35% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do estatuto social e da lei societária.

2.3.21. Reservas de retenção de lucros

A reserva legal é calculada na base de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. O lucro líquido, não distribuído como dividendos mínimos obrigatórios e não constituído como reserva legal, é de acordo com o Estatuto Social da Companhia, em Assembleia Geral. O Conselho Consultivo deliberará sobre a aplicação do excesso, para distribuição de dividendos complementares, integralização ou aumento do capital social, e/ou constituição de reserva de retenção de lucros.

2.3.22. Receita diferida

As receitas são reconhecidas quando (ou à medida que) o controle dos bens ou serviços é transferido ao cliente, refletindo o valor da contraprestação à qual a Companhia espera ter direito. Os valores recebidos antecipadamente são registrados no passivo como receita diferida até o cumprimento das obrigações contratuais.

2.3.23. Plano de pagamento baseado em ações

O valor justo do montante a pagar aos elegíveis, do programa Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações que são liquidados em caixa, é atualizado a cada data de reporte e reconhecido como despesa com um correspondente aumento do passivo.

3. Julgamentos e estimativas contábeis críticos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3.1. Julgamento crítico

(a) Continuidade operacional

Conforme descrito na Nota 1.1, a Administração da Companhia elaborou suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas no pressuposto de continuidade das suas operações e descreve a referida Nota, o plano da Administração para a consecução de suas atividades nos próximos exercícios considerando em sua principal ação uma profunda transformação estratégica mediante implementação de uma série de iniciativas em diversas áreas de negócio. A Administração acredita que este conjunto de ações permitirá a Companhia alcançar o equilíbrio em seus negócios no futuro próximo. A ocorrência dessas eventos em sua plenitude e em um período de tempo apropriado são considerados julgamentos críticos pela administração da Companhia.

3.1.2. Estimativas críticas

(a) Incertezas de estimativas e premissas das contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes da Companhia são controladas por fluxos de vencimento e por clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis, entre a data de venda ao cliente (constituição de devedores por vendas, serviços e financiamentos) e a perda efetiva pelo seu pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por falta de vencimento, sendo determinada a perda esperada com créditos de liquidação duvidosa (PECLD) sobre a vida do carteira de crédito, em especial com relação aos recebíveis da controlada PEFISA.

(b) Perda com inventário e desvalorização dos estoques

A provisão para perda e desvalorização dos estoques é constituída para cobrir as prováveis perdas, sejam elas decorrentes de quebras identificadas na execução do inventário físico ou por registros de não conformidade de produtos vendidos abaixo do seu valor de custo.

A estimativa para perda em inventário é calculada com base no histórico de apurações realizadas nas lojas e nos centros de distribuição. Por outro lado, a provisão para desvalorização é aplicada a bens que serão vendidos abaixo do preço de aquisição como em liquidações por troca de coleção ou produtos com prazos de validade de maturação. Para estes casos, o cálculo é feito comparando o custo registrado da mercadoria com seu valor líquido de venda esperado.

(c) Reconhecimento de ativos fiscais diferidos

Acada encerramento de exercício social, a Companhia revisa o seu saldo de imposto de renda diferido relativo a créditos fiscais de imposto de renda e bases negativas de contribuição social sobre o lucro, tendo como referência as suas mais recentes estimativas quanto aos lucros tributáveis futuros prováveis de ocorrência e considerando o guilherme as diferenças temporárias tributáveis existentes. As estimativas de lucros tributáveis futuros são realizadas com base nas projeções de negócio elaboradas pela Administração. As premissas e os julgamentos utilizados pela Administração para projetar os lucros tributáveis futuros podem sofrer alterações relevantes nos exercícios futuros em decorrência de eventos que estejam fora do controle da Administração.

(d) Provisão para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

Considerando que cálculos desta natureza envolvem definição de metodologias e utilização de premissas, ou ainda, possibilidade de acordo entre as partes, o valor real pode apresentar variações em relação à estimativa. A Administração acredita que essas provisões para contingências tributárias, civis, trabalhistas e previdenciárias estão adequadamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

(e) Incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas quando do reconhecimento e mensuração desses tributos. Uma incerteza surge quando o tratamento aplicável a uma transação em particular não está claro na legislação tributária ou quando não está claro se a autoridade competente adotou o tratamento adequado pela entidade. Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 / IAS 12 com base no lucro líquido (prejuízo fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinados com base nesta interpretação. Como requerido pela ICP 23 de 2023, o Grupo não realizou avaliações das bases fiscais assumidas nos últimos 5 anos e concluiu que é provável que as autoridades tributárias aceitem as posições tributárias assumidas pelo Grupo, portanto, não requerido provisão em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(f) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros, inclusive derivativos, é determinado por meio da utilização de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher os métodos e definir as premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Para mensuração do valor justo de determinados ativos financeiros não negociados em mercados ativos, a Companhia utiliza, principalmente, a metodologia de fluxo de caixa descontado.

(g) Taxa incremental sobre o financiamento do arrendatário

O Grupo não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto e ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do lucro de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa implícita preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à taxa incremental de empréstimo.

(i) Determinação do prazo de arrendamento

Para determinar o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e as circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado quando que não será rescisão.

Adicionalmente, o Grupo considera outros fatos, incluindo as práticas passadas referentes aos períodos de utilização de tipos específicos de ativos (arrendados ou próprios) e de duração de arrendamentos, e os custos e a interrupção nos negócios necessários para a substituição do ativo arrendado.

Essa avaliação é revisada caso ocorra um evento ou mudança significativa nas circunstâncias que afete a avaliação inicial e que esteja sob o controle do arrendatário.

(ii) Receita diferida

A apropriação ao resultado das receitas diferidas é realizada ao longo do prazo contratual ou conforme o cumprimento das obrigações de desempenho previstas nos contratos. A determinação do período de reconhecimento envolve julgamento da Administração quanto à expectativa de realização dos serviços ou frações dos direitos contratuais, podendo eventuais alterações nessas premissas impactar o momento de reconhecimento das receitas.

3.2. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Alterações adotadas pelo Grupo

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025:

Alterações à IAS 21 / CPC 02 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio Inicialmente Falta de Conversibilidade: As alterações especificam como avaliar se uma moeda é conversível e, como determinar a taxa de câmbio quando for a seguinte alteração não teve um impacto significativo em demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2025.

Alteração de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2025. A adoção antecipada de normas, em conformidade com o Pronunciamento Contábil (PCF).

(a) Norma IFRS 9 e IFRS 7 / CPC 46 e CPC 40 – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis a passivos em geral e não apenas a instituições financeiras. As alterações:

(i) Estabelece a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;

(ii) Esclarece e adiciona orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros ("SPPI test"), incluindo situações de ocorrência de um evento contábil;

(iii) Adiciona novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e

(iv) Atualiza as divulgações para instrumentos de patrimônio designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI"). As referidas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.

(b) Norma IFRS 18 / CPC26 (R1) – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras: Esta nova norma substitui o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparentes aos usuários.

As alterações ao IFRS 18 irão alterar o resultado de alguns itens nas demonstrações financeiras, espera-se que essas alterações tenham um impacto na apresentação e divulgação sejam generalizadas, em particular aquelas relacionadas à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela Administração dentro das demonstrações financeiras. A Administração está atualmente avaliando as implicações das alterações da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

• Embora, a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido do Grupo, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

• Os itens de linha apresentados no resultado nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação. Além disso, como o grupo deverá ser apresentado separadamente no balanço patrimonial, o Grupo desagregará o ágio e outros ativos intangíveis e os apresentará separadamente no balanço patrimonial.

• O Grupo não espera que haja mudanças significativas nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação informacional permanece inalterado, no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para: (i) medidas de desempenho definidas pela Administração; (ii) abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentadas por função na categoria de resultado da demonstração do resultado; e (iii) para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores representados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

• No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados sob o mesmo rubrica de fluxo de caixa de investimento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

Uma nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão representadas de acordo com o IFRS 18.

(c) IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas; Divulgações e alterações:

Esta nova norma e alterações permitem que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) sejam excluídas do âmbito de aplicação de forma a equilibrar as necessidades de informação dos usuários das demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis com a economia de custos para os preparadores. O IFRS 19 é uma norma voluntária para subsidiárias elegíveis. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

(d) Melhorias Anuais às Normas Contábeis Internacionais (IFRS Accounting Standards) - Volume 11: As melhorias anuais limitam-se a alterações que visam estabelecer a redação de algumas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou corrigir consequências não intencionais relativamente menores, omissões ou conflitos entre os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards). As alterações referem-se às seguintes normas:

• IFRS 1 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatório Financeiro";

• IFRS 7 - "Instrumentos Financeiros: Divulgação e sua Orientação de Implementação do IFRS 7";

• IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros";

• IFRS 10 - "Demonstrações Financeiras Consolidadas"; e

• IAS 7 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa".

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

(e) Alterações ao IAS 21 – Tradução para uma Moeda de Apresentação Hiperinflacionária: Essas alterações de escopo restrição especificam os procedimentos de tradução para uma entidade cuja moeda de apresentação é e é uma economia hiperinflacionária. A entidade aplica as alterações se:

• Sua moeda funcional for a de uma economia não hiperinflacionária e ela estiver traduzindo seus resultados e posição financeira para a moeda de uma economia hiperinflacionária; ou

• Estiver traduzindo para a moeda de uma economia hiperinflacionária os resultados e a posição financeira de uma operação no exterior cuja moeda funcional seja a de uma economia não hiperinflacionária.

As alterações têm como objetivo melhorar a utilidade das informações resultantes de maneira eficiente em termos de custos. Desenvolvidas em resposta ao feedback de partes interessadas, espera-se que essas alterações reduzam a diversidade de práticas e proporcionem uma base mais clara para reportar a moeda hiperinflacionária.

Vigência para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

(f) Alterações aos Exemplos Ilustrativos sobre IFRS 7, IFRS 18, IAS 1, IAS 8, IAS 36 e IAS 37 – "Divulgação de Incertezas nas Demonstrações Financeiras": Essas alterações incluem exemplos que ilustram como uma entidade pode aplicar os requisitos das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Os exemplos demonstram como divulgar os impactos de incertezas em cenários relacionados ao clima, mas os princípios e requisitos também são aplicáveis à divulgação de outros tipos de incertezas. Os exemplos não acrescentam nem alteram exigências das normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) para divulgar os efeitos de incertezas em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

Não há novas normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que podem ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		DIRETORIA EXECUTIVA	
Martin Mitteldorf – Presidente	Evandro Luis Rezera Raif Lundgren Americo da Cunha Pereira Filho Carlos Henrique Bandeira de Melo Júnior Wimar Silva Rodriguez	Ricardo Doebeli – Diretor-Superintendente Maurício Leonardo Hasson – Diretor Executivo Financeiro e de Relação com Investidores Diego Minkevich Silva – Diretor Contábil e Tributário James Nunes de Sousa – Contador CRC 1SP194960-9	

As Demonstrações Financeiras apresentadas são "demonstrações financeiras resumidas" e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Controladora demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável.

As Demonstrações Financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente sem ressalvas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

- <https://ri.pernambucanas.com.br/central-de-resultados/>
- <https://www.jornalodiasp.com.br>



PEFISA S.A. - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 43.180.355/0001-12

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da Pefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora"), instituição financeira especializada em crédito ao consumidor, financiamento e soluções de pagamento para o varejo, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta a seus acionistas as demonstrações financeiras individuais do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025. As informações, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de reais) e foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária brasileira, associadas às normas e métodos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BCB), quando aplicável, acrescidas do relatório dos auditores independentes sobre essas demonstrações financeiras.

Introdução (*)

Em 2025, passamos por um importante processo de transformação na Financiadora, que contribuiu para a evolução do resultado no ano. Apresentamos um primeiro semestre com melhora na inadimplência e na rentabilidade do portfólio. No decorrer do segundo semestre, voltamos a crescer e faturamento com mudanças na proposta de valor atingindo tanto os clientes novos quanto a base ativa, aproveitando o ecossistema com as parcerias estratégicas, agregando mais benefícios para o cliente. Evoluímos em nossas plataformas de atendimento, melhorando a experiência do cliente na nossa central e nos aplicativos, e reformulamos as estratégias de CRM (Customer Relationship Management) e comunicação. Essas ações suportaram a manutenção e a recorrência da base de clientes.

Fortalecemos nossas estratégias de cobrança com visão analítica, intensificando o uso de modelos estatísticos e variáveis externas, internalizamos processos para trazer maior controle e eficiência operacional. No contexto da aplicação real da Inteligência Artificial no nosso negócio, implementamos os hiperagentes conversacionais nos mais diferentes processos de cobrança e atendimento ao cliente. Na concessão de crédito, seguimos melhorias contínuas nos processos, na jornada, nos modelos e nas ferramentas de prevenção.

A redução da inadimplência da carteira trouxe impacto na receita com juros que foi compensado pela redução da PDD líquida. Como resultado, continuamos crescendo o portfólio da Financiadora com melhora da inadimplência e da rentabilidade relativa medida pelo Ios absorção, mantendo a evolução consistente de resultado durante o ano.

Conforme DRE gerencial abaixo, o Resultado da Operação Financeira apresentou importante evolução (R\$ 171 milhões) em relação ao exercício anterior, reflexo da melhora da qualidade da carteira de crédito em função das ações mencionadas anteriormente. A Financiadora mesmo com Receita Bruta dos Serviços Financeiros (R\$ 23 milhões) menor, colheu os resultados do trabalho na carteira de crédito com uma PDD líquida (R\$ 239 milhões) inferior, ser comparado com o ano anterior.

Demonstração do resultado Gerencial - R\$ MM	2024		2025		Variação
	2024	2025	2024	2025	
Receita bruta dos serviços financeiros	1.706	1.683	(20)	-1%	
Despesa financeira líquida	(241)	(293)	(52)	22%	
Despesas tributárias	(103)	(96)	7	-7%	
PDD líquida de recuperação e descontos	(1.169)	(930)	239	-20%	
Resultado da operação financeira	193	364	171	89%	
Despesas operacionais	(356)	(368)	(12)	3%	
Outras receitas / despesas operacionais	(26)	(21)	5	-19%	
Margem operacional	(189)	(25)	164	-87%	
Resultado de parcerias	59	13	(46)	-78%	
Amortização / depreciação	(88)	(39)	49	-56%	
Fraude cibernetica	-	(22)	(22)	n.a.	
Resultados antes do IR / CSLL	(218)	(73)	145	-67%	
Imposto de renda e contribuição social	92	17	(75)	-82%	
Prejuízo líquido	(126)	(56)	70	-56%	

Indicadores da carteira de crédito (*)

Principais indicadores da carteira de crédito	2025		2024		Variação (%)
	(Carteira até 570 dias de atraso)	(Carteira até 360 dias)	(Carteira até 570 dias de atraso)	(Carteira até 360 dias)	
Carteira de crédito (R\$ MM)	4.288	3.919	4.157	(238)	
PDD líquida / Carteira de crédito	21,7%	23,7%	28,1%	-4,4%	
Índice de inadimplência (15 a 90 dias de atraso)	4,0%	4,3%	4,8%	-0,5%	
Índice de inadimplência (over 90 dias de atraso)	15,7%	17,2%	18,8%	-1,6%	

A carteira de crédito encerrou o exercício de 31 de dezembro de 2025 em R\$ 4,3 bilhões, com crescimento de R\$ 131 milhões (YoY), impactada pela formação das carteiras acima de 360 com o início da vigência da Resolução BCB nº 352/23. Comparando a carteira até 360 dias tivemos uma redução de R\$ 238 milhões com mudança na composição da carteira, com menor representatividade da carteira em atraso. No segundo semestre de 2025, retomamos o faturamento dos nossos cartões, apoiado na proposta de valor incentivando a transacionalidade dentro e fora das lojas do Grupo (e parceiros) e processos otimizados na manutenção de limite. Além disso, os produtos parcelados tiveram participação relevante na formação de carteira, rentabilização e diversificação de risco.

Ao longo do exercício de 2025, mantivemos uma atuação focada no equilíbrio entre crescimento, qualidade da carteira e eficiência no uso de capital. No acumulado do ano, a PDD líquida totalizou R\$ 930 milhões, com % PDD líquida/carteira de crédito (custo de crédito) de 21,7%, mantendo-se em patamar controlado frente ao risco do portfólio. O indicador de over 90, comparável com o exercício anterior fechou em 17,2%, com redução de 1,6 p.p. Para o próximo exercício, o foco permanece na expansão sustentável, com ajustes finos por produto, evolução do mix e maior seletividade na origemação, buscando crescimento com rentabilidade e controle de risco.

Parcerias (*)

A diversificação do portfólio é uma estratégia de crescimento e diversificação de risco. Atualmente, cada parceria está em diferente estágio de maturidade e representam 23% da carteira total. Durante o exercício realizamos o processo de concessão e manutenção de limite em todos os portfólios para ajustar o índice de inadimplência. Além disso, aumentamos a gama de ofertas de produtos e serviços na parceria para capturarmos maior valor nas linhas de receita.

Transformação

Durante o ano, consolidamos o modelo de transformação. Ações de curto prazo impactaram os resultados deste ano, mas também nos preparamos para os próximos exercícios com projetos estruturantes. Evoluímos nossas plataformas de atendimento, cobrança e CRM, atuamos na complexidade e performance do nosso aplicativo e alteramos processos e modelo de trabalho, que trouxeram mais velocidade e assertividade às decisões estratégicas.

A transformação faz parte da estratégia e seguimos com o foco na geração de valor para a Financiadora, na experiência do cliente e no fortalecimento da cultura.

Despesas operacionais

Em despesas, atuamos de forma consistente o ano inteiro em todo o ciclo de vida do cliente. Ajustamos o processo de venda, atendimento pós-venda e transacional, além das iniciativas de retenção e atendimentos consuntivos. Desta forma, reduzimos as despesas operacionais, propiciando uma melhor experiência para o cliente e trouxemos eficiência ajustando os processos internos. A Financiadora segue com o compromisso em trazer maior equilíbrio das despesas e eficiência operacional.

Principais fatos administrativos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, destacamos: (i) adoção da nova metodologia de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme Resolução CMN nº 4.966/2021 e BCB nº 352/2023; (ii) aporte de capital realizados no exercício, fortalecendo a estrutura financeira; (iii) reforço de liderança e governança; e (iv) protocolo de denúncia espontânea relativa ao ISS sobre receitas de tarifa de intercomércio (interchange), com constituição de provisão registrada.

Em conformidade com o artigo 118, §5º da Lei nº 6.404/76, a Financiadora informa que a política de reinvestimento de lucros prioriza a recomposição de capital regulatório e investimentos em tecnologia e expansão da carteira de crédito. A distribuição de dividendos será realizada conforme deliberação da Assembleia Geral, observando o mínimo legal de 25% do lucro líquido ajustado, quando houver.

Investimentos em controladas e coligadas

A Financiadora mantém participação na Pefisa Corretora de Seguros S.A., cuja atuação principal é corretagem e agenciamento de seguros. Em 2025, não houve alteração significativa na estrutura societária.

Fortalecimento da estrutura de capital

Para suportar nosso crescimento e fazer frente aos riscos inerentes ao negócio, recebemos R\$ 50 milhões de aporte de capital no primeiro semestre de 2025 e R\$ 30 milhões no segundo semestre de 2025, totalizando R\$ 80 milhões, garantindo o cumprimento das exigências regulatórias e fortalecendo nossa estrutura financeira.

Continuidade operacional

Conforme resultados observados no estudo técnico sobre a capacidade da Financiadora em gerar resultados tributáveis futuros e, por consequência, a realização dos créditos tributáveis, conforme nos termos explicativas aplicáveis, a Financiadora reforça seu compromisso em oferecer um excelente atendimento aos nossos clientes e em satisfazer suas necessidades financeiras de forma eficiente e responsável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Administração da Controladora divulgou seu plano estratégico abrangente, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro do Grupo nos 12 meses subsequentes. Este plano incluiu uma série de iniciativas destinadas a fortalecer a posição competitiva e aprimorar substancialmente os resultados operacionais e financeiros, com a Financiadora atuando como uma frente essencial de trabalho.

Confirmamos que, ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as ações delineadas nesse plano foram executadas. As medidas implementadas pela Controladora, com a participação ativa e estratégica da Financiadora, resultaram no atingimento da recuperação esperada e na melhoria dos indicadores financeiros e operacionais, restabelecendo o equilíbrio econômico-financeiro conforme o objetivo traçado.

Diante desse cenário de êxito e resultados positivos, a Administração reafirma sua total confiança na capacidade de continuidade operacional do Grupo Penamarcas e, consequentemente, da Financiadora. As demonstrações financeiras do semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram elaboradas com base inequívocamente nesse pressuposto, refletindo a solidez, a sustentabilidade e as perspectivas positivas das operações atuais e futuras. Esta nota explicativa visa proporcionar transparência e clareza aos stakeholders, evidenciando a eficácia das medidas estratégicas adotadas e a posição atual da Financiadora dentro do contexto do Grupo.

Asseguramos que as informações apresentadas nas demonstrações financeiras são precisas e representam adequadamente a realidade econômica da entidade.

Disposições sobre a política de equidade da Lei nº 15.177/25

Em conformidade com o disposto no artigo 133, §6º, da Lei nº 6.404/1976, incluído pela Lei nº 15.177/2025, o Relatório da Administração da Financiadora apresenta, a seguir, as informações relativas à Política de Equidade adotada pela Companhia, bem como os indicadores quantitativos e comparativos exigidos pela legislação aplicável.

A Financiadora mantém o compromisso institucional de promover práticas de gestão voltadas à diversidade, equidade e inclusão, incorporando esses princípios às suas políticas internas, processos de recrutamento, desenvolvimento de lideranças e governança corporativa.

a. Quadro funcional - Participação feminina por níveis hierárquicos

A seguir a quantidade e proporção de mulheres empregadas, segmentadas por níveis hierárquicos, incluindo áreas administrativas, operacionais, gerenciais e de liderança executiva. Esses dados permitem acompanhar o progresso na representatividade feminina ao longo do exercício, e são fundamentais para a mensuração contínua dos avanços da política de equidade.

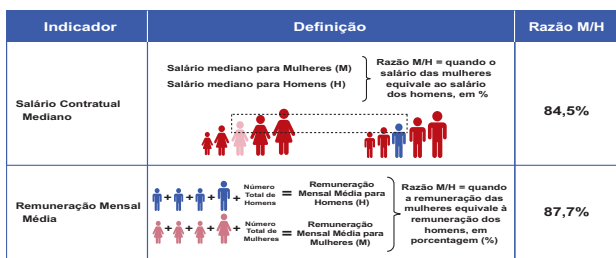
Mulheres por nível	2024		2025		Var. p.p. (II-I)
	Quantidade	Proporção (I)	Quantidade	Proporção (II)	
Analista	54	55%	53	53%	-2%
Coordenador / Especialista	11	62%	16	62%	10%
Gerente / Executiva	8	44%	8	42%	-2%
Direção / Estatutária	1	13%	2	25%	12%
Total	74	51%	79	52%	1%

b. Remuneração - Comparativo por gênero

A seguir a remuneração mensal média e o salário contratual mediano, considerando funções ou cargos equivalentes, com base no Relatório de Transparência Salarial da Financiadora referente ao 2º semestre de 2025. O Relatório de Transparência Salarial é um documento obrigatório para empresas com 100 ou mais empregados, elaborado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a partir das informações do Portal Emprego Brasil. O relatório reúne indicadores consolidados sobre a distribuição de mulheres e homens em funções equivalentes, bem como comparativos de remuneração. Os relatórios completos da Financiadora encontram-se disponíveis na seção "Institucional" em www.pefisa.com.br.

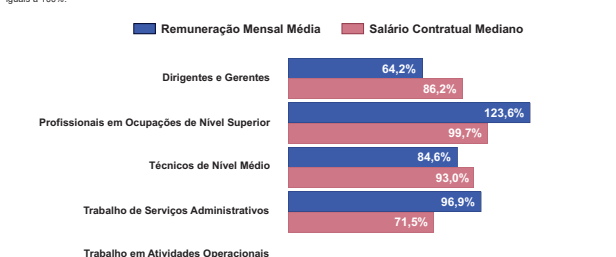
Diferença salarial entre mulheres e homens

• O salário contratual mediano das mulheres equivale a 84,5% do recebido pelos homens.
• a remuneração média mensal das mulheres equivale a 87,7% do recebido pelos homens.



Diferença salarial entre homens e mulheres, por grandes grupos ocupacionais

São apresentados em % quanto à remuneração das mulheres vale em relação à dos homens. As situações positivas mostram valores maiores ou iguais a 100%.



A Financiadora consolidou, no âmbito de sua governança, um movimento estruturado de promoção da diversidade e inclusão, com equipe dedicada à evolução contínua dessas temas e sua integração à estratégia do negócio.

A atuação junto a parceiros de referência, como o Pacto pela Equidade Racial e a Coalizão Empresarial pelo Fim da Violência contra Meninas e Mulheres, fortalece nossas compromissos públicos e amplia nossa capacidade de gerar impacto positivo de forma consistente e mensurável.

Reafirmamos que a valorização da diversidade e a promoção de ambientes equitativos não consistem em iniciativas isoladas, mas diretrizes permanentes que orientam decisões, políticas e práticas corporativas. Esses compromissos estão incorporados à cultura da Companhia e refletem nosso visão de longo prazo, pautada pela responsabilidade, pelo respeito e pela criação de valor sustentável.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Pefisa S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, declara que discutiu, revisou e concorda integralmente com as conclusões expressas no relatório dos auditores independentes, assim como revisou, discutiu e aprova as demonstrações financeiras relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

Relacionamento com os Auditores Independentes

A Pefisa confirma que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. adota procedimentos, políticas e controles internos rigorosos para assegurar sua independência. Esses mecanismos incluem uma avaliação criteriosa dos serviços prestados, abrangendo qualquer atividade que não seja estritamente de auditoria independente das informações financeiras da Financiadora. Tal avaliação fundamenta-se na regulamentação aplicável e nos princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor.

Agradecimentos

Expressamos nossa profunda gratidão aos nossos acionistas, clientes e parceiros pela confiança depositada em nossa Instituição. Entendemos nosso reconhecimento e apoio a cada um dos colaboradores que, com dedicação e empenho, contribuem diariamente para a construção da trajetória e dos resultados da Pefisa.

(*) Números não auditados.

São Paulo, 31 de dezembro de 2025.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - (Em milhares de Reais)					
ATIVO	31/12/2025		31/12/2024		PASSIVO
	2025	2024	2025	2024	
Disponibilidades	2.691	5.041.855	4.028.097	4.028.097	
Instrumentos financeiros					
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado	-	-	-	-	
Aplicações interfinanceiras de liquidez	329.999	-	2.308.432	42.731	
Títulos e valores mobiliários	326.112	-	2.634	2.634	
Relações interfinanceiras	97.967	-	1.674.300	1.674.300	
Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento	4.297.777	-	29.441	29.441	
(+) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.009.654)	483.626	13.644	13.644	
Ativos fiscais					
Correntes	45.529	-	13.844	13.844	
Diferidos	438.097	-	510.861	510.861	
Outros ativos	922.399	5.633	1.029.833	1.029.833	
Investimento	1.757	-	951.000	951.000	
Intangível	162.575	-	78.833	78.833	
Total do ativo	5.611.876	5.611.876	5.611.876	5.611.876	

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO				
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)				
	2º semestre		31/12/2025	
	2025	2024	2025	2024
Receitas da intermediação financeira	620.373	1.263.755	620.373	1.263.755
Operações de crédito	566.510	1.163.688	566.510	1.163.688
Aplicações interfinanceiras de liquidez	28.462	49.236	28.462	49.236
Títulos e valores mobiliários	25.401	50.841	25.401	50.841
Despesa da intermediação financeira	(545.349)	(1.124.107)	(545.349)	(1.124.107)
Operações de captação no mercado	(204.817)	(393.271)	(204.817)	(393.271)
Resultado com operações de venda ou transferência de ativos financeiros	4.441	(542)	4.441	(542)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(217.152)	(606.856)	(217.152)	(606.856)
Resultado bruto da intermediação financeira	74.224	139.658	74.224	139.658
Outras receitas (despesas) operacionais	(68.312)	(207.067)	(68.312)	(207.067)
Receitas de prestação de serviços	311.531	571.657	311.531	571.657
Resultado de participação em controlada	1.854	4.373	1.854	4.373
Despesas de pessoal	(23.327)	(44.748)	(23.327)	(44.748)
Outras despesas administrativas	(227.640)	(438.508)	(227.640)	(438.508)
Despesas tributárias	(53.991)	(96.194)	(53.991)	(96.194)
Outras receitas operacionais	69.057	118.671	69.057	118.671
Outras despesas operacionais	(145.796)	(322.360)	(145.796)	(322.360)
Resultado operacional	6.112	(67.409)	6.112	(67.409)
Resultado não operacional	(2.126)	(2.126)	(2.126)	(2.126)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	3.986	(69.534)	3.986	(69.534)
Imposto de renda e contribuição social	(4.615)	(17.683)	(4.615)	(17.683)
Provisão para imposto de renda corrente	4.441	(542)	4.441	(542)
Provisão para contribuição social corrente	2.881	(1.110)	2.881	(1.110)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda	(7.441)	11.135	(7.441)	11.135
Ativo fiscal diferido para contribuição social	(4.496)	6.720	(4.496)	6.720
Resultados nos lucros e resultados	2.378	(3.059)	2.378	(3.059)
Participações nos lucros e resultados	2.378	(3.059)	2.378	(3.059)
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercício	1.749	(55.360)	1.749	(55.360)
Quantidade de ações (mil)	951.000	951.000	951.000	951.000
Lucro / (Prejuízo) por ação básica (em R\$)	0,0018	(0,0582)	0,0018	(0,0582)
Lucro / (Prejuízo) por ação diluído (em R\$)	0,0018	(0,0582)	0,0018	(0,0582)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE				
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)				
	2º semestre		31/12/2025	
	2025	2024	2025	2024
Lucro / (Prejuízo) do semestre / exercício	1.749	(55.360)	1.749	(55.360)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do semestre / exercício	1.749	(55.360)	1.749	(55.360)



PEISA S.A. – CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

CNPJ 43.180.355/0001-12

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Método Indireto)

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais)

Table with 4 columns: 2º semestre, 31/12/2023, Variação em passivos operacionais - Aumento / (Redução), 2º semestre, 31/12/2023. Rows include Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado, Ajustes ao lucro/(Prejuízo) líquido, Depreciações e amortizações, Resultado de participação em controlada, Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, Impostos diferidos, Provisão para impostos - IBS, Outras provisões / (Reversões), Variação em ativos operacionais - Aumento / (Redução), Títulos e valores mobiliários, Operações de crédito, Outros ativos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. Contexto operacional A Peísa S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento ("Financiadora"), com sede na Av. Francisco Matiarazzo, 1400, cont. 121, edifício Torino, Água Branca, São Paulo, foi constituída em 21 de março de 1980. A Financiadora, uma filial e braço financeiro do Grupo Penabancários ("Controladora" ou "Grupo"), tem por objetivo a realização de financiamentos para aquisição de bens e serviços e para capital de giro, podendo praticar todas as atividades legais admitidas e não vedadas para as sociedades de crédito, financiamento e investimento. A Financiadora é emissora e administradora de cartões de crédito e de cartas de pagamento, bem como de demais atos necessários para sua oferta e operacionalização, nos termos da legislação e regulamentação vigentes, sendo participante do Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB). A Controladora, presente no setor varejista há 117 anos, está implementando uma profunda transformação estratégica com o objetivo de fortalecer sua posição competitiva e aumentar substancialmente os resultados operacionais e financeiros. Essa transformação engloba uma série de iniciativas que abrangem diversas áreas do negócio e que estão sendo conduzidas de forma integrada e sistêmica. Dentro do conjunto de iniciativas, a Financiadora é uma das frentes de trabalho. Essas frentes permitem que a Controladora aborde, de forma segmentada e coordenada, os principais desafios e oportunidades de cada área, garantindo sinergia entre projetos e alinhamento às metas de transformação.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BCEN") e demais disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações das disposições contidas em leis aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 2/2020, com as alterações e a ampliação de escopo promulgadas pela Resolução BCB nº 367/2024, em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e evidenciadas nos instrumentos relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão. Em linha com o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, diversas normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") integram, há vários anos, o arcabouço contábil aplicado às instituições financeiras no Brasil, cuja adoção é condicionada à aprovação prévia pelo BCEN. Na elaboração das demonstrações financeiras, foram utilizadas estimativas e pressupostos na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCEN. As principais operações e avaliações significativamente impactadas por estimativas são: provisões de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, mensuração dos passivos contingentes, impostos diferidos e a vida útil do ativo imobilizado e intangível. Os resultados evidenciados podem ser diferentes das estimativas e pressupostos adotados em situações diferentes de liquidação e exatidão. Os saldos entre circulante e não circulante estão demonstrados nas notas explicativas. As demonstrações financeiras são mensuradas utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a entidade opera ("moeda funcional"), no caso da Financiadora, o real ("R\$"), ou "R\$". As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Financiadora conseguirá cumprir suas obrigações de pagamento nos próximos exercícios. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela emissão, pela Diretoria, em 16 de março de 2023.

2.1. Alteração nas políticas contábeis e divulgação Em 1º de janeiro de 2023, entram em vigor as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, que estabelecem em conceitos e os critérios contábeis serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo BCEN na classificação, mensuração, reconhecimento e na base de instrumentos financeiros, na constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito dos instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). A Resolução foi adotada de forma prospectiva a partir de 1º de janeiro de 2023, exceto para contabilidade de hedge que entrará em vigor em 1º de janeiro de 2027. Como principais impactos das Resoluções nas respectivas demonstrações financeiras, destacamos: • Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros são classificados em três categorias de mensuração, de acordo com o modelo de negociação dos fluxos de caixa contratuais: a) Custo amortizado (CA): Categoria aplicável a ativos mantidos em um modelo de negócios, cujo propósito principal é a continuidade da carteira para recebimento dos fluxos de caixa contratuais, compostos exclusivamente por pagamentos de principal e juros; b) Valor Justo por meio do Resultado (VJR): Aplicada quando os ativos são administrados de forma a gerar retorno pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela possibilidade de venda, desde que esses fluxos correspondam somente a principal e juros e que haja transferência substancial de riscos e benefícios; c) Valor Justo por meio do Custo (VJC): Aplicada aos ativos que não atendem aos critérios das categorias anteriores, seja por apresentarem fluxos de caixa que não se limitam a principal e juros, seja por serem gerados em modelos de negócio voltados à negociação ativa. Quanto aos passivos financeiros, estes são, em regra, classificados e mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros, exceto quando forem avaliados pelo valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial ou quando forem exigidos a serem mensurados ao valor justo por normas específicas. Critérios para classificação: A definição da categoria de mensuração considera dois elementos centrais: a) Modelo de negócios adotado para gestão dos ativos financeiros; b) Natureza dos fluxos de caixa contratuais, verificada por meio do Teste SPJJ (Somente Pagamento de Principal e Juros). Modelo de negócios: O modelo de negócios da Financiadora representa a forma como a instituição administra seus ativos financeiros. Na sua definição, são avaliados, entre outros aspectos, a) os riscos relevantes que influenciam o desempenho dos negócios; b) a forma como os responsáveis pela gestão são incentivados ou remunerados; c) o mecanismo de acompanhamento e reporte do desempenho para a Administração, incluindo o teste SPJJ. Para fins de definição do modelo de negócios, os fluxos de caixa contratuais são analisados para verificar se refletem apenas pagamentos de principal e juros. Esses juros devem representar o valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito associado. Caso o ativo não atenda a essas requisitos, sua mensuração deve ser realizada ao Valor Justo por meio do Resultado.

• Classificação Ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito: A Financiadora classifica seus ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito ("ativo problemático") quando existem evidências objetivas ou qualitativas de deterioração, incluindo, mas não se limitando a: (i) atraso superior a 90 dias; (ii) ocorrência de eventos que indiquem substancial deterioração da capacidade de pagamento do cliente; (iii) identificação de ativos financeiros com evidências objetivas que indiquem redução substancial de risco de recuperação. Uma vez caracterizada a condição de ativo problemático, cessará o reconhecimento de encargos no resultado, que passam a ser reconhecidas apenas quando efetivamente recebidas. • Reconhecimento de receitas de juros: As Resoluções exigem que as receitas de juros sejam reconhecidas com base na taxa de juros efetiva ("TJE"), que considera todos os fluxos contratuais do ativo (inclusive custos e encargos). • Suspensão da apropriação de juros: A suspensão da apropriação de juros que os mesmos critérios aplicáveis à identificação de ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito não apenas pela suspensão do reconhecimento de receita de juros, mas também quando houver evidências objetivas ou qualitativas de deterioração relevante da capacidade de pagamento, avaliação prospectiva adversa ou indicadores macroeconômicos que aumentem substancialmente o risco de crédito do contratante. Nesses casos, a receita é reconhecida apenas quando efetivamente recebidas. • Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito: A adoção obrigatória da metodologia simplificada pelo enquadramento da Financiadora no Segmento S4 do Banco Central do Brasil, para aplicação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito considera todas métricas de perda incorridas, conforme os níveis mínimos estabelecidos pela regulamentação aplicável aos ativos inadimplidos, quanto à necessidade de cobertura adicional da perda esperada. • Novos critérios de identificação e classificação: Foram introduzidos novos critérios para identificação, definição e classificação de operações empréstimos e restituições, estabelecendo parâmetros mais claros para caracterização desses eventos, bem como para a sua reclassificação e acompanhamento ao longo do ciclo de crédito. • Base de ativos e passivos financeiros: Foram introduzidos novos critérios para a base de ativos financeiros, os quais passam a ser baseados quando não houver mais expectativa de recuperação por parte da Financiadora. Da mesma forma, a base de passivos financeiros deve ser realizada quando a Financiadora deixar de ser o agente contratual, o que ocorre nos casos de liquidação, cancelamento, transferência ou expressão da obrigação perante terceiros. As Resoluções tiveram impacto direto e profundo no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), promovendo uma modernização alinhada às normas internacionais de contabilidade. O COSIF passou por uma redefinição estrutural, ampliando a categorização de contas de cinco para seis níveis, permitindo maior detalhamento e refinamento na apresentação dos ativos e passivos. • Aspectos tributários - Lei nº 14.467/22: No âmbito tributário, a Lei nº 14.467/22 alterou as regras de dedução das perdas no recebimento de créditos decorrentes das atividades para as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em alinhamento com os requisitos de provimento estabelecidos pelas referidas Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, validando a manutenção do tratamento tributário das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo. • Ativos tributários - Lei nº 15.078/24: A Lei nº 15.078/24, altera a Lei nº 14.467/22 e trata do tratamento tributário das perdas incorridas no recebimento de créditos por instituições financeiras autorizadas pelo BCEN. Permite que instituições financeiras deduzam perdas com créditos inadimplidos na apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL. As perdas esperadas em 1º de janeiro de 2023, relativas a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024, poderão ser deduzidas à razão de 15% (um oitavo e quatro avos) por mês a partir de janeiro de 2025, ou por opção revogável até 31/12/2024 (um oitavo e oito avos) por mês. A Administração avaliou as alternativas previstas na Lei nº 15.078/24 e optou, de forma irrevogável pela dedução das perdas apuradas em 1º de janeiro de 2023, relativas a créditos inadimplidos até 31 de dezembro de 2024, à razão de 15% (um oitavo e quatro avos) por mês a partir de janeiro de 2025, por entender que este prazo é o mais adequado ao planejamento tributário e à gestão de resultados da Financiadora.

A Financiadora adotou a disposição transitória prevista no Artigo 7º da Resolução CMN nº 4.966/21 de não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes de alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo a provisão para perda esperada associada ao risco de crédito), nas demonstrações financeiras referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

3. Principais políticas contábeis As principais políticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão resumidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente durante o período.

(a) Instrumentos financeiros i. Classificação dos instrumentos financeiros Para determinar o modelo de negócios, a Financiadora avalia o recebimento dos fluxos de caixa de principal e juros. Para isso, leva em consideração, entre outros, os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio, a forma como esses riscos são administrados e como os gestores do negócio são remunerados. Os instrumentos financeiros são classificados nas seguintes categorias de mensuração: custo amortizado ("CA"), valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJR") e valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos e passivos financeiros da Financiadora são classificados e mensurados pelo custo amortizado. ii. Mensuração dos instrumentos financeiros A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da categoria de mensuração na qual foram classificados, a saber: • Custo amortizado: os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Os ganhos ou prejuízos são reconhecidos na rubrica "Recursos da intermediação financeira", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas da intermediação financeira", ao longo do prazo do respectivo contrato. • Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou as perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido, líquida de tributos, intitulada "Outros resultados abrangentes (VJR) e valor justo por meio do resultado (VJR)". Os ganhos ou as perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Recursos da intermediação financeira". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método de taxa efetiva de juros. • Ao valor justo por meio do resultado: os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou as perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos na rubrica "Recursos/Despesas da intermediação financeira". iii. Reclassificação dos instrumentos financeiros A Financiadora não reclassificou seus instrumentos financeiros no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023. iv. Base dos instrumentos financeiros Os ativos financeiros são baseados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes desses ativos cessam ou quando houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e, desde que tal transferência se qualifica para base. Os passivos financeiros são baseados se a obrigação for contraída contra o liquidador. v. Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23

Em 1º de janeiro de 2023, a Financiadora adotou de forma prospectiva os novos critérios de classificação, mensuração e constituição da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme estabelecido pela Resolução CMN nº 4.966/21 e pela Resolução BCB nº 352/23. A adoção inicial das normas resultou em reclassificações e ajustes na provisão para perdas esperadas, cujo efeito bruto totalizou R\$ 31.444, conforme demonstrado na Nota 10(b), referindo exclusivamente o impacto contábil decorrente da atualização dos critérios de mensuração de certos passivos de provimento aplicáveis às carteiras C4 e C5, nos termos da Resolução BCB nº 352/23. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.842/20, o respectivo efeito tributário, decorrente do reconhecimento dos créditos tributários associados ao ajuste bruto, totalizou R\$ 12.578. Assim, o impacto líquido da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21 corresponde a R\$ 18.866, valor aplicado no momento da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL), na linha "Efeitos da adoção inicial da Resolução CMN nº 4.966/21", representando um aumento aproximado de 1,9% no patrimônio líquido.

(b) Renegociação e restituição A renegociação refere-se à modificação contratual de operações de crédito que ainda não apresentam inadimplência significativa. As alterações podem incluir: prorrogação de prazos de vencimento, a redução de taxas de juros e alterações nas garantias ou condições de pagamento. A restituição é aplicada a operações com evidência de dificuldade financeira por parte do cliente, geralmente já inadimplente. Evidências substanciais por parte dos financiadores, tais como: redução do saldo devido, parcial perda da dívida, alongamento significativo de prazos e substituição de garantias. (c) Método de taxa efetiva de juros ("TJE") A taxa de juros efetiva, iguala o valor presente de todos os recebimentos e pagamentos futuros com o valor contábil bruto do ativo ou passivo líquido de impostos e despesas. A taxa taxa inclui custos de transação, prêmios, descontos e outros encargos diretamente atribuíveis à aquisição. Entende-se por custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de ativo ou passivo financeiro. Com base na análise realizada, a Administração concluiu que a aplicação do método da TJE permanece adequada aos instrumentos financeiros da Financiadora e está em conformidade com os requerimentos da Resolução CMN nº 4.966/21. Não foram identificados impactos relevantes decorrentes da adoção inicial do novo normativo sobre o cálculo ou a metodologia atualmente utilizada. Dessa forma, a Financiadora manteve o método de mensuração pelo custo amortizado para os ativos financeiros. (d) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito A Financiadora constrói provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, para os seguintes ativos financeiros: Operações de crédito; e Outros ativos financeiros.

A Financiadora integra o segmento "S4", dessa forma, para fins de apuração de perdas esperadas, adotou a metodologia simplificada. Os critérios de aplicação de provisão para perdas esperadas são determinados pela Resolução BCB nº 352/23, por meio da qual são observadas as carteiras em que os ativos financeiros são enquadrados e os respectivos períodos de atraso das operações. Para fins de enquadramento em carteiras, os produtos em que a Financiadora opera são enquadrados nas carteiras C4 e C5. Outros aspectos relevantes para a aplicação de perdas esperadas associadas ao risco de crédito das operações: • Ativos financeiros não problemáticos: Referem-se aos ativos não caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito. O nível de provisão de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no Anexo II da Resolução BCB nº 352/23. • Ativos financeiros inadimplidos (ativos problemáticos): Tratam-se de ativos com atraso superior a 90 dias em relação ao pagamento de principal e juros. O nível de perdas esperadas corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais de provimento determinados no Anexo I da Resolução BCB nº 352/23, acrescidos dos percentuais adicionais determinados para operações inadimplidas. • Ativos financeiros problemáticos não inadimplidos: Referem-se aos ativos caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito, decorrentes de outros motivos que não sejam por atraso superior a 90 (noventa) dias (operações arastadas, reestruturações ou outros aspectos qualitativos). O nível de perdas esperadas dessas operações corresponde ao valor resultante da aplicação dos percentuais determinados no artigo 7º da Resolução BCB nº 352/23. (e) Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito Quando um instrumento financeiro é caracterizado com problema de recuperação de crédito, todos os demais instrumentos financeiros da mesma categoria passam a ser considerados (na data-base do balancete relativo ao mês em que ocorreu a caracterização) como ativo problemático. Exceção feita aos produtos que, em virtude de sua natureza, são considerados ativos financeiros com problema de crédito. A partir do momento da caracterização como ativo problemático, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apuradas no resultado quando do seu efetivo recebimento. Quando um instrumento financeiro não é mais considerado um ativo problemático, o nível de provisão é reduzido para o nível de provisão de ativos financeiros da mesma categoria. A Financiadora deve a caracterizar a operação como atingimento somente se houver melhora significativa na capacidade financeira do contratante de honrar suas obrigações nas condições pactuadas. Para fins de critérios de "cural", são consideradas as pressupostas de ausência de parcelas vencidas (incluindo encargos), a realização de pelo menos 12 meses de pagamentos em conformidade com os termos dos instrumentos (incluindo entidades e parcerias), e um percentual mínimo de saldo devido.

(f) Ajuste do resultado As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pró-rata dia para as de natureza financeira. Os custos de natureza financeira são calculados com base no método exponencial e registradas em dia de natureza financeira. As receitas e despesas correspondentes ao período são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos e apropriadas ao resultado pela fluência dos custos, exceto nos casos em que se aplica a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual abrange a apropriação de receitas por regime de caixa referente a ativos financeiros com problema de recuperação de crédito. (g) Caixa e equivalentes de caixa Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional a moda estrajera e, quando aplicável, operações que são utilizadas pela instituição de forma permanente e de curto prazo, com prazo igual ou inferior a 90 dias entre a data de aquisição e a data de vencimento. O caixa e equivalentes de caixa da Financiadora são representados por saldos em poder de bancos e aplicações interfinanceiras de liquidez de curto prazo. (h) Investimentos O investimento em controlada é avaliado pelo método da equivalência patrimonial. (i) Imobilizado São registrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica estimada dos bens. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil somente se o reconhecimento ou reconhecimento de custo adicional, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. (j) Intangível São registrados sob o custo de aquisição, deduzido de desenvolvimento de software, projetos em desenvolvimento e licenças de software. A amortização desses intangíveis é calculada pelo método linear, considerando o prazo de vida útil dos bens e dos benefícios futuros definidos. As licenças de software são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares ou outros fatores com que eles estejam prontos para uso e reconhecidos no resultado pelo método de custo histórico e a amortização é feita em base de custo histórico de cinco anos. Os custos de desenvolvimento que não diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Financiadora, são reconhecidos como ativos intangíveis, quando os seguintes critérios são atendidos: • Evidências válidas concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • A Administração pretende concluir o software e usá-lo; • Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros; • Os custos são apropriados para concluir o desenvolvimento e para utilizar o software; e • Os custos atribuíveis ao software durante seu desenvolvimento podem ser mensurados com segurança. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento do software, bem como os custos de desenvolvimento de software que não atendem ao critério de custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento de software são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(k) Imposto de renda e contribuições sociais O imposto de renda é calculado sobre o lucro líquido (CSLL) e de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros excedentes a R\$ 240 mil no exercício, para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), calculado sobre o lucro tributável apurado no exercício, ajustado por diferenças permanentes e temporárias sobre as respectivas bases de cálculo, em conformidade com a legislação e imposto gerente a cada engajamento. (l) Imposto de renda e contribuição social diferidos Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução CMN nº 4.842/2020, do Conselho Monetário Nacional, incluindo o reconhecimento do crédito tributário que a Financiadora deve ativar e a manutenção do controle de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições: • Representar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IRPJ e CSLL, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios anteriores, incluindo o exercício em referência. • Especificação de geração de lucros tributáveis futuros para fins de IRPJ e CSLL, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. • Evidências de que os créditos tributáveis não são reconhecidos em períodos subsequentes, tais como acordos de não reconhecimentos de créditos tributários, operações não usuais, alienação de ativos não estratégicos, reestruturações específicas ou outros eventos considerados excepcionais pela Administração.

(m) Depósitos e demais instrumentos financeiros São demonstrados pelo valor de exigibilidade e registrados pelo valor recebido, acrescidos dos encargos pactuados e apropriados em cada período mensal. (n) Ativos e passivos contingentes O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 823/09, a qual aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 de Passivos Contingentes, descritos abaixo: Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando existirem evidências que garantam sua recuperação e sobre as quais não cabam mais recursos; • Contingências passivas: Provisões são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base no opinião de especialistas jurídicos ou da Administração, há evidências de que a Financiadora deve ativar e a manutenção do controle de créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias, às seguintes condições: • Representar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de IRPJ e CSLL, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios anteriores, incluindo o exercício em referência. • Especificação de geração de lucros tributáveis futuros para fins de IRPJ e CSLL, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos. • Evidências de que os créditos tributáveis não são reconhecidos em períodos subsequentes, tais como acordos de não reconhecimentos de créditos tributários, operações não usuais, alienação de ativos não estratégicos, reestruturações específicas ou outros eventos considerados excepcionais pela Administração. (o) Provisão para recuperação de ativos (Impairment) O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências não identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, o crédito tributário é ajustado ao valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas de acordo com o resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por impairment. (p) Outros ativos e outros passivos Outros ativos são avaliados considerando pelo valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base pró-rata) e a provisão para perda, quando julgada necessária. Os outros passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridos (em base pró-rata). (q) Resultados não reconhecidos São classificados como resultados não reconhecidos aqueles decorrentes de eventos extraordinários, imprevisíveis ou não relacionados, ou relacionados apenas incidentalmente, com as atividades operacionais típicas da Financiadora. Incluem-se nessa categoria fatos cuja natureza, natureza ou circunstâncias adquirem que não devem ser repetidos nos períodos subsequentes, tais como acordos de não reconhecimentos de créditos tributários, operações não usuais, alienação de ativos não estratégicos, reestruturações específicas ou outros eventos considerados excepcionais pela Administração.

RICARDO DOEBEL Diretor-Presidente MARCOS ANTÔNIO DE MELLO Diretor

RENATA VIVIAN DEL BOVE Diretor Vice-Presidente GLAUCIO JUN TERADA Diretor

DIRETORIA GUSTAVO GUEDES MANIERO Diretor Vice-Presidente GLAUCIA REGINA LEITE DOS SANTOS Diretor

MAURÍCIO LEONARDO HASSON Diretor Vice-Presidente VALMIR APARECIDO NAVIA Diretor

CONTADOR EDUARDO CRISTIAN ADERNE DOS SANTOS CRC SP-250045/O-4

As Demonstrações Financeiras apresentadas são "demonstrações financeiras resumidas" e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Financiadora demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As Demonstrações Financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente sem ressalvas, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: • https://www.peisa.com.br/institucional • https://www.jornalodiasp.com.br

Caso confirmado de sarampo acende alerta sobre cobertura vacinal

A confirmação de um caso de sarampo em uma bebê de 6 meses em São Paulo, na semana passada, acendeu novamente o alerta sobre a importância de manter altas coberturas vacinais como uma barreira para proteger quem ainda não pode ser imunizado.

A bebê ainda não tinha idade para receber a vacina, já que o calendário do Sistema Único de Saúde prevê a aplicação da primeira dose do triplice viral aos 12 meses, o que garante a proteção contra o sarampo, a caxumba e a rubéola. Aos 15 meses, as crianças devem receber uma dose de tetravac, que reforça a imunidade contra essas três doenças e acrescenta a catapora na lista.

De acordo com o vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações, Renato Kfourri, quando a cobertura está alta, os bebês mais novos ficam protegidos pela barreira criada por quem já se vacinou.

"A vacina do sarampo também impede a infecção e a transmissão com alta efetividade. Ela

tem essa capacidade, que a gente chama de esterilizante. Além de prevenir que a pessoa contraia a doença, ela também evita que essa pessoa seja um portador e transmita o vírus", explica Kfourri.

A bebê diagnosticada com sarampo viajou com a família para a Bolívia em janeiro. O país vizinho vive um surto de sarampo desde o ano passado, e a alta cobertura também é essencial para impedir que casos importados como esse iniciem surtos dentro do Brasil.

"O sarampo é uma doença de altíssima transmissibilidade, especialmente entre os não vacinados. A imunização em altas taxas é o que funciona como barreira na circulação do vírus. Mas se isso não acontecer, não é nem necessário que alguém viaje e contraia o vírus lá fora. Basta ficar aqui, com tanta gente vindo de outros países onde há surto, que o risco é o mesmo", alerta o vice-presidente da Sbm.

No ano passado, 92,5% dos bebês receberam a primeira dose,



Foto: Tomaz - Shutterstock/Brasil

mas apenas 77,9% completaram o esquema na idade correta.

Proteção para toda a vida

Os bebês vacinados dentro do tempo ficam protegidos ao longo da vida, mas crianças e adultos que não têm comprovante de vacinação devem receber a vacina. Dos 5 aos 29 meses, recomenda-se duas doses, com intervalo de um mês. Dos 30 aos 59 anos, é necessária apenas uma

dose. A vacina só não pode ser tomada por gestantes e pessoas imunocomprometidas.

O caso na bebê em São Paulo foi o primeiro registro da doença no país neste ano, mas, no ano passado, outras 38 infecções foram confirmadas, a maior parte com origem importada.

Ainda assim, o país segue com o certificado de área livre da doença, concedido pela Organização Pan-Americana de Saúde

em 2024, porque, felizmente, não há transmissão sustentada de sarampo no nosso território.

No entanto, o Brasil já havia conquistado esse certificado antes, em 2016, e acabou perdendo em 2019, após surtos que começaram com casos importados.

Alerta nas Américas

O continente americano vive uma situação preocupante com relação à doença. No ano passado foram registrados 14.891 casos em 14 países, com 29 mortes. Já este ano, somente até o dia 5 de março, foram 7.145 infecções confirmadas. Isso significa que, em apenas dois meses, foi detectada quase metade de todos os casos do ano passado. A situação é mais grave no México, Estados Unidos e Guatemala.

Kfourri reforça que, independentemente do país, a grande maioria dos casos ocorreu em pessoas não vacinadas, principalmente crianças menores de 1 ano. E, ao contrário do que muita gente pensa, não se trata de uma

doença inofensiva da infância:

"Nos surtos, em geral, para cada 1 mil casos da doença, a gente costuma ter um óbito, mas estamos registrando uma proporção muito maior. No ano passado, foram quase 15 mil casos nas Américas, com quase 30 óbitos. As complicações mais comuns são pneumonia ou quadros neurológicos, como encefalite".

O principal sintoma da doença é o surgimento de manchas vermelhas pelo corpo e febre alta, mas ela também costuma causar tosse, coriza, irritação nos olhos e mal-estar. O vice-presidente da Sbm complementa que a infecção pelo vírus também causa um efeito secundário perigoso: a supressão do sistema imunológico.

"Durante três a seis meses após a infecção pelo sarampo, o nosso sistema de defesa não funciona corretamente, e a gente fica mais vulnerável a ter outras doenças oportunistas intracranianas, que também podem ser graves", alerta Renato Kfourri. (Agência Brasil)

Maioria é contra taxa mínima de R\$ 10 para motoristas de aplicativo de delivery, diz pesquisa



Foto: Paulo Pinheiro/IBF

A maioria dos brasileiros diz ser contra o pagamento de taxa mínima de R\$ 10 para motoristas de aplicativos de delivery que fazem entregas por iFood, 99Food, Rappi e Kecta, segundo pesquisa realizada pela Quaest em parceria com a ANR (Associação Nacional dos Restaurantes).

O levantamento mostra que 7 em cada 10 consumidores ouvidos (71%) são contra o valor de R\$ 10 mais uma taxa extra por quilômetro a cada entrega que passar de quatro quilômetros, e 8 em cada 10 (78%) acreditam que o preço da comida no delivery irá aumentar por causa disso.

Além disso, 71% afirmam que não estariam dispostos a pagar mais pelas entregas. A Quaest realizou 1.031 entrevistas com brasileiros com 16 anos ou mais entre 13 e 16 de março, em todas as regiões do país. A margem de erro é de três pontos percentuais e o intervalo de confiança é de 95%.

A taxa mínima nos apps de delivery é um dos principais pontos de impasse nas discussões do projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados. Embora não tenha sido proposto pelo governo, o valor de R\$ 10 tem apoio do Executivo federal. A cobrança consta em proposta anterior do então deputado Guilherme Boulos, hoje ministro da Secretaria-Geral da Presidência. O PL 152, que está em debate atualmente, propõe tarifa mínima de R\$ 8,50 a ser paga a entregadores de delivery.

A rejeição à proposta se amplia quando a pesquisa leva em consideração o espectro político do consumidor. Entre os que se disseram bolsonaristas, 97% são contra. No caso de quem se classificou como independente, 83% são contra e, entre os lulistas, 39% se disseram contrários.

Procurados, os apps afirmaram que se posicionariam por meio da Amobitec (Associação Brasileira de Mobilidade e Tecnologia), que reúne as empresas do setor. Em nota, a associação diz que é a favor da regulamentação e defende um modelo de remuneração mínima por hora trabalhada, mas não o proposto.

"A fixação de uma taxa mínima por entregas, mais adicional por quilômetro rodado, é uma medida inconstitucional e

trágica para o equilíbrio do setor, que impactará significativamente o preço final", afirma.

Para Felipe Nunes, diretor da Quaest, os dados são relevantes, especialmente em um ano de eleição presidencial. "Chama atenção que mesmo entre os independentes — um terço da amostra que não se identifica com nenhum dos polos — 83% são contrários à proposta. A rejeição transcende as divisões partidárias e sinaliza que o tema pode ter implicações eleitorais significativas", diz.

O estudo também destaca uma preocupação com quem vai pagar a conta. Para 86% dos entrevistados, a medida afetaria principalmente as pessoas mais pobres, indicando percepção de impacto desigual no consumo.

Mesmo com a rejeição, o tema é conhecido pela população em geral. Do total, 87% dizem estar cientes do debate sobre a regulamentação dos aplicativos e 76% já ouviram falar especificamente da proposta de taxa mínima.

Não há consenso quanto ao valor da taxa mínima que poderia ser cobrado. O deputado Augusto Coutinho (Republicanos-PE) fez defesa dos R\$ 8,50 em congresso realizado no TST (Tribunal Superior do Trabalho) no início deste mês. Segundo ele, a cobrança de R\$ 10 foi retirada porque não é possível que em localidades menores essa tarifa seja paga aos entregadores.

Boulos também participou das discussões e defendeu os R\$ 10, dizendo que esse já seria o valor mínimo pago pelos apps. Segundo ele, as empresas estão ficando "terrorismo econômico" ao dizer que o preço da comida ou do delivery ficaria impraticável.

"Dizer 'vai aumentar o preço da comida, vai aumentar o preço do Uber', olha que coisa. Teve um aumento de 50% do Uber no último ano, foi um dos que mais puxou a inflação. Isso não foi incorporado pelo trabalhador. Ai vão dizer que é a garantia para o trabalhador que vai gerar aumento? Não cola. Este é o mesmo terrorismo econômico que está operando também contra o fim da escala 6x1", disse na época.

Para Fernando Bower, presidente da ANR, a regulamentação dos entregadores é necessária e deve avançar "com equidade" pensando na sustentabilidade do setor. (Folhapress)

Entidades questionam fontes poluentes no leilão de reserva de energia

Organizações em defesa do meio ambiente e dos direitos dos consumidores reprovaram os resultados do Leilão de Reserva de Capacidade (LRCAP 2026), que aconteceu na quarta-feira (18). O processo envolve a contratação de energia de usinas que ficam de prontidão para abastecer o Sistema Interligado Nacional (SIN) em momentos de demanda alta ou emergências.

O Instituto Internacional Arayara, que atua em litigância climática e ambiental, critica a prioridade dada às usinas movidas a combustíveis fósseis. Na lista dos 100 empreendimentos vencedores do leilão, apenas cinco são hidrelétricas (potência de 9,5 GW). Outras 90 são termelétricas a gás natural (18,7 GW), três são termelétricas a carvão mineral (1,4 GW) e duas são termelétricas a biogás (9,2 MW).

"No ano seguinte à COP30, realizada em Belém (PA), é inaceitável que o Brasil esteja contratando usinas térmicas a carvão mineral. Este é o combustível fóssil que responde pelo maior percentual de emissão de gases de efeito estufa do sistema elétrico nacional", diz a nota do Arayara.

O instituto também afirma que as usinas a carvão não possuem

a flexibilidade necessária para cumprir a função de garantir energia em momentos de pico de demanda, especialmente no início da noite. O argumento é de que dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) indicam que o tempo de acionamento dessas usinas — a chamada partida a frio — pode demorar até oito horas.

"O resultado desse leilão mostra a incoerência da Política Energética Nacional relativamente aos compromissos climáticos assumidos pelo país. Com isso, no momento em que o Brasil deveria estruturar o desenho do mapa do caminho para a eliminação dos combustíveis fósseis, verificamos mais contratação de longo prazo de termelétricas movidas a carvão mineral", diz outro trecho.

A Frente Nacional de Consumidores de Energia (FNCE) disse que o resultado do leilão privilegia fontes poluentes e mais caras. Cálculos da organização estimam que as termelétricas representariam custo anual de R\$ 39 bilhões e um aumento médio de 10% nas contas de luz.

"Além da receita fixa estipulada no leilão, os consumidores ainda precisarão pagar os custos

dos combustíveis quando as usinas forem acionadas. Outro impacto relevante ocorrerá na inflação, além do agravamento do desequilíbrio no setor elétrico e das emissões de gases de efeito estufa", diz a entidade, em nota.

A FNCE entende que, dado o peso das fontes renováveis no país, contratar usinas movidas a combustíveis fósseis compromete o nível alto de renovabilidade da matriz elétrica nacional.

O Instituto Nacional de Energia Limpa (INEL) também se opôs à presença de termelétricas no leilão. A organização chegou a protocolar um pedido de impugnação do certame na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o que foi negado.

O INEL estima que, em dez anos, haverá prejuízo entre R\$ 190 bilhões e R\$ 510 bilhões aos consumidores. E afirma que os valores fixos de operação e manutenção adotados superam as referências do Plano Decenal de Expansão de Energia 2035, instrumento de planejamento estratégico do governo federal.

Último leilão de não renováveis

Para o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, o lei-

lão resolve o problema de potência do sistema energético brasileiro. Ele disse acreditar que este seja um dos últimos certames de energia não renovável organizados pelo governo.

"Quando a gente contrata uma térmica, nós estamos falando, além de segurança energética, de menor tarifa para o consumidor. Uma coisa é contratar uma térmica, que já tem um custo fixo e é disputada em um leilão público. A outra coisa é ser contratado de forma emergencial, pagando muito mais caro", disse o ministro.

A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica disse que a contratação da potência "assegura o aumento da segurança energética do país, com recursos prontamente disponíveis em situações críticas e maior estabilidade para o sistema, especialmente em períodos de baixa hidrologia". Também defendeu que o leilão garanta a complementariedade necessária para a expansão das renováveis.

Nesta sexta-feira (20), está previsto mais um LRCAP, desta vez para contratar energia gerada por termelétricas a óleo diesel, óleo combustível e biodiesel. (Agência Brasil)

Ministério Público fará campanha contra assédio eleitoral neste ano

O Ministério Público do Trabalho (MPT) prepara nova campanha sobre assédio eleitoral em ambiente de trabalho. A data do lançamento oficial ainda não foi definida, mas o MPT já está compartilhando mensagens a respeito em seus perfis nas redes sociais, tendo em vista as eleições deste ano.

Assédio eleitoral é "a conduta do empregador que, de algum modo, constrange o trabalhador ou a trabalhadora em relação à sua orientação política, dentro de um contexto eleitoral", explica o procurador Igor Sousa Gonçalves, coordenador nacional de Promoção e Eliminação da Discriminação no Trabalho do MPT.

Em entrevista à Agência Brasil, ele detalha que o assédio eleitoral "é a prática do empregador que gera esse constrangimento e cerceia a liberdade dos empregados quanto à manifestação de pensamento ou até mesmo para intimidá-lo a votar ou não em determinado candidato".

Para Igor Sousa Gonçalves, o assédio eleitoral "é um problema para o Brasil, não só para os trabalhadores, mas também para a própria democracia. A liberdade de pensamento é um direito dos mais fundamentais."

Segundo ele, a intimidação por patrões e chefes funciona como "um voto de cabresto moderno", referindo-se à prática, peculiar da República Velha (1889-1930) e antes de haver Justiça Eleitoral, em que o cidadão votava conforme instruções e ordens de um chefe político local repassadas pelo cablo eleitoral.

Casos de assédio eleitoral podem ser denunciados ao MPT pelo portal na internet, na aba "Denuncie".

Ao acionar o MPT, o trabalhador pode apresentar comprovações do assédio como mensagens recebidas, nome de pessoas envolvidas e eventuais gravações de reuniões onde ocorreram as abordagens. "Tudo isso vai dar maior celeridade na investigação do Ministério Público do Trabalho", ressalta o procurador.

Cargos em disputa

No primeiro domingo de outubro (dia 4) deste ano, cerca de 150 milhões de brasileiros voltarão às seções eleitorais para escolher, com voto eletrônico, o presidente da República e também um total de 27 governadores; 54 senadores (duas vagas por unidade da Federação); 513 deputados federais, 1.035 deputados estaduais e 24 deputados distritais. Como



Foto: Arquivo/Agência Brasil

ocorreu nos últimos pleitos, poderá haver segundo turno (dia 25) para os cargos de presidente e de governador.

De acordo com a Justiça Eleitoral, para qualquer cargo em disputa "é vedada a propaganda eleitoral ou o assédio eleitoral em ambiente de trabalho público ou privado, respondendo quem lhe der causa ou permitir sua ocorrência, nos termos da legislação vigente."

As restrições estão previstas na Resolução nº 23.755 (23/2026) do Tribunal Superior Eleitoral, que dispõe sobre propaganda eleitoral.

Nas eleições de 2022, o Mi-

nistério Público do Trabalho recebeu 3.465 denúncias e 2.467 empresas ou empregadores foram denunciados. Conforme o relatório, na Região Sudeste foram registradas 1.272 denúncias (36,7% dos casos). Do Sul, vieram 988 queixas (28,5%); do Nordeste, 565 (16,3%); do Centro-Oeste, 335 (9,6%); e do Norte, 305 (8,8%).

Os dados estão no relatório de trabalho "Assédio Eleitoral — Eleições 2022". Os cinco estados com mais denúncias foram Minas Gerais (641 casos); São Paulo (392); Paraná (365); Rio Grande do Sul (319) e Santa Catarina (304). (Agência Brasil)